

desenvolvimento da exposição estabelecidos contratualmente, as despesas de deslocação e estadas de especialistas, os serviços de conservação e restauro indispensáveis e estabelecidos contratualmente, as despesas de seguro, cedência, embalagem e transporte de peças e obras de arte, a concepção e montagem dos espaços de exposição e recepção de público, equipamentos e sistemas de luz, som, sinalética e edição de suportes publicitários de divulgação das exposições, respeitando os objectivos do Plano de *Marketing*.

Nos instrumentos de divulgação pública, são susceptíveis de ser comparticipadas as despesas com direitos de autor, honorários de especialistas, autores, revisores de prova, tradutores, desde que contratualmente estabelecidos, os custos de tipografia, design gráfico, fotografia, de produção e edição audiovisual, multimédia e na *internet*, de divulgação (incluindo aluguer de espaços e de tempo), contratação externa de técnicos e de empresas para promoção da instituição nas escolas e custos de produção de apresentação das coleções do museu.

Na última acção, *Estudos e outros instrumentos de reflexão/divulgação*, são elegíveis a contratação de especialistas nas áreas de museologia e museografia, conservação e restauro, autores, revisores de provas e tradutores, contratualmente estabelecidos, os custos de tipografia, design gráfico, fotografia e de edição audiovisual, multimédia ou na *internet*.

3.1.3 - Critérios de Selecção

O primeiro critério de selecção definido pelo POC para os projectos enquadráveis na medida 1.2 é a obrigatoriedade da avaliação do IPM que, com base em

parâmetros elencados no *Manual de Procedimentos do Programa Operacional da Cultura*, determinará o grau de relevância museológica dos projectos.

Os restantes critérios da acção *Obras de construção, recuperação e valorização dos museus* diferem dos estabelecidos para as restantes acções, comuns entre si.

Assim, na primeira acção, para além do parecer do IPM, são avaliadas as contribuições para os objectivos do POC e da medida 1.2, para a rede de equipamentos culturais onde se insere e a para a eficiência na utilização dos recursos públicos.

Na contribuição para os objectivos do POC são analisados os efeitos que o projecto candidato terá para a preservação da herança histórica e valorização dos sítios de memória colectiva, no reforço da identidade, da coesão social e da imagem de competitividade da área geográfica e a dinamização do turismo cultural.

Nos objectivos da medida *Obras de construção, recuperação e valorização dos museus* é avaliada a contribuição do projecto para a melhoria das condições de acessibilidade e visibilidade das coleções, a atracção de visitantes, a divulgação dos acervos de referência, a promoção do intercâmbio e da RPM e o papel na recuperação do património imóvel.

Na contribuição para a rede de equipamentos culturais é avaliada a localização, tendo em conta a dimensão do local, a carência de equipamentos culturais e museológicos, a capacidade de complementar a rede de equipamentos e o potencial de projecção nacional e internacional da região.

Por fim, quanto à eficiência na utilização de recursos públicos, são analisados o contributo do projecto para a consolidação de uma rede de espaços

museológicos local, a qualificação de museus já existentes e de imóveis com valor patrimonial, o custo ajustado ao potencial de visitantes anual e a capacidade de inovar e reforçar a Cultura como factor de desenvolvimento.

Nas restantes cinco acções, os critérios de selecção são comuns entre si. Como foi dito, também nestas o parecer do IPM é necessário. Para além disso, são inúmeros os pontos de avaliação. O impacte do projecto no desenvolvimento local e regional é analisado tendo em conta a capacidade de aumentar o público dos museu fora dos grandes centros, de reforçar o papel da instituição no acesso ao conhecimento e na valorização sócio-económica do património cultural e na contribuição para o desenvolvimento de áreas específicas de competência profissional. É avaliada a qualidade das parcerias estabelecidas, regionais, nacionais e internacionais, verificando a articulação com as da área do turismo, de apoio a deficientes, de ensino, valorizando a capacidade de atrair jovens à instituição e a inovação institucional para a articulação público/público ou público/privado.

Nestas medidas são ainda considerados os contributos para a criação ou melhoria da informação e divulgação recorrendo à produção e disponibilização de materiais didácticos, de conservação das colecções, de conhecimento das colecções e sua divulgação pública, melhoria das condições de fruição pública dos espaços do museu e, por último, a contribuição para a articulação com as outras acções apoiadas nesta medida.

3.1.4 - Avaliação do IPM aos projectos candidatos à medida 1.2

Os parâmetros de avaliação dos projectos pelo IPM respeitam as regras internacionais fixadas pelo Conselho Internacional dos Museus (ICOM), conjugadas com os eixos e programas estabelecidos desde 2001 pela RPM, no seu *Documento Programático*, tendo em conta as necessidades do país.

Nas duas primeiras acções, *Obras de construção, de recuperação ou de valorização de museus* e *Oficinas de conservação e restauro*, o IPM avalia a importância patrimonial, a programação museológica, a competência técnica da equipa, a capacidade de manutenção e de desenvolvimento por parte da tutela e a previsibilidade de execução.

É no item pertinência cultural e museológica que é avaliada a adequação do projecto apresentado à missão e objectivos da instituição, assim como das colecções que possui e dos públicos que pretende atingir. É valorizada a inovação, as actividades com a comunidade, as parcerias com outras instituições e o interesse do projecto no contexto museológico nacional.

Ao nível da importância patrimonial é analisada a tipologia das colecções, a sua relevância local, regional e nacional, a existência de registo ou inventário sumário, a investigação sobre elas produzida, e elaborada uma apreciação global sobre o seu interesse disciplinar.

Na programação museológica analisa-se a sua adequação aos projectos de arquitectura, de especialidade e de design. É estudado o conteúdo do programa museológico, a sintonia do projecto com as áreas funcionais de um museu

(investigação, documentação, conservação, comunicação e educação), a adequação dos circuitos e a melhoria das condições de acesso e de acolhimento ao público.

A competência técnica da equipa é estudada na sua dimensão e perfil multidisciplinar.

Seguidamente, verificam-se as condições que a tutela da instituição tem para garantir a sustentabilidade, manutenção, funcionamento e desenvolvimento futuro do museu após a comparticipação, avaliando a actuação antecedente, a existência de orgânica, a composição, dimensão e qualificação do quadro de pessoal, as aquisições de serviços, estagiários e pessoal contratado, o orçamento (próprio ou da tutela) e o plano de actividades onde devem ser mencionados a divulgação e os programas educativos. Por último, analisa-se a previsibilidade de execução, apreciando os objectivos, metas e o cronograma de forma a avaliar a capacidade de concretização do projecto apresentado.

As candidaturas devem conter a descrição das colecções (e a referência à existência de inventário), o programa museológico, o projecto de arquitectura e de especialidade, a articulação com outras instituições, a composição da equipa técnica e da dimensão e qualificação ao serviço na altura e previsto no âmbito do projecto, o orçamento próprio ou da tutela, o plano de actividades (incluindo divulgação e educativo) e o cronograma.

Na acção 3, *Serviços de museus*, o IPM analisa a pertinência cultural e museológica do projecto, a competência técnica da equipa, a inserção do projecto no desenvolvimento do museu, o impacto social e a relação com o público e a previsibilidade de execução.

A pertinência cultural e museológica é avaliada através do estudo da relação do projecto apresentado com a missão e objectivos, da adequação dos equipamentos, da capacidade de inovação, da previsão do acesso do público aos serviços apoiados, ao impacto destes no desempenho da missão do museu e na articulação com outras instituições.

A competência técnica é averiguada compreendendo a dimensão e adequação multidisciplinar da equipa, nomeadamente nas áreas do serviço financiado e o currículo dos responsáveis.

A inserção do projecto no desenvolvimento do museu, isto é, a sua contribuição para a dinamização e desenvolvimento da instituição como um todo e a capacidade da tutela para assegurar o seu funcionamento é apreciada através da orgânica dos serviços, da composição, dimensão e qualificação do pessoal habilitado ao desenvolvimento das actividades dos serviços apoiados, do orçamento e do plano de actividades.

A relação com o público pretende avaliar o impacto nos serviços e a capacidade para atrair mais visitantes. São estudados a definição do público-alvo, o programa de actividades a ele dirigido, o programa educativo, as medidas a implementar para melhorar a divulgação de informação e a existência de áreas específicas de competência profissional.

A previsibilidade de execução analisa os objectivos e metas e o cronograma. A candidatura a apresentar à análise do IPM deve conter o projecto educativo como peça do desenvolvimento do museu, a definição de público-alvo, a previsão de impacto social, a articulação com outras instituições, os materiais de divulgação, a composição da equipa técnica, dimensão e qualificação do pessoal em

funções à data e previsto para o futuro, o orçamento próprio ou da tutela, o plano de actividades e o cronograma.

Na acção 4, *Exposições permanentes*, a pertinência cultural e museológica do projecto é avaliado para além da sintonia da exposição com a missão, objectivos, colecções e público da instituição, o papel do projecto a nível regional e nacional. Como em acções anteriores, a capacidade de inovação e a articulação com outras instituições museológicas e científicas é tida em conta.

O interesse patrimonial é analisado na perspectiva de todas as colecções do museu e da sua importância local, regional e nacional. São confirmadas a existência de registo ou inventário sumário, a tipologia das colecções e a investigação sobre elas produzida, e uma apreciação geral sobre o interesse das colecções.

Na verificação da programação museológica e expositiva o IPM averigua se o programa expositivo se insere no programa museológico da instituição e se se adequa aos projectos de arquitectura, de especialidade e de design. Para isso, no programa expositivo são confirmados os conteúdos e a coerência temática, a previsão das condições de conservação e segurança, a adequação dos circuitos aos projectos e a previsão da melhoria das condições de acesso e acolhimento do público.

A competência técnica da equipa é verificada através dos currículos e da dimensão e adequação multidisciplinar de forma a constatar a conformidade entre o projecto e a capacidade de o executar.

A inserção do projecto no desenvolvimento do museu investiga a participação da exposição no contexto da instituição e as condições da tutela para assegurar o seu funcionamento. Para isso, são analisadas as orgânicas dos serviços, a composição, dimensão e qualificação do pessoal (próprio, da tutela, aquisições de

serviços, estagiários), o orçamento e o plano de actividades onde conste a divulgação e os programas educativos.

A relação com o público e o impacto social analisa a definição do público-alvo, o programa de actividades complementares à exposição, o programa educativo, os meios de divulgação e a abordagem de temas contemporâneos.

Na previsibilidade de execução são considerados os objectivos e metas e o cronograma.

Nesta medida, as candidaturas sujeitas a parecer do IPM devem conter uma breve descrição das colecções, os programas museológicos e expositivo, a inserção do projecto no desenvolvimento do museu, a definição de público-alvo e previsão de impacto social, a articulação com outras instituições, a composição das equipas técnicas e de responsáveis, a composição, dimensão e qualificação do pessoal ao serviço do museu e previsto no futuro, o orçamento próprio ou da tutela, o plano de actividades com a divulgação e programas educativos e o cronograma.

Na Acção 5, *Instrumentos de divulgação* é considerada a pertinência cultural e museológica da adequação do projecto às colecções, divulgação e público, os meios de divulgação previstos, a capacidade de inovação, o impacto na missão e a articulação com outras entidades. Na avaliação do item competência técnica à dimensão e adequação multidisciplinar da equipa e à análise dos currículos dos responsáveis é acrescentada a aptidão da equipa nas áreas técnicas do projecto, como sejam a edição, o design gráfico, a fotografia, os meios multimédia. A inserção do projecto no desenvolvimento do museu demonstra a relação entre os instrumentos de divulgação pública previstos e a dinamização e desenvolvimento do museu e a capacidade da tutela continuar o projecto. É analisada a orgânica dos serviços do museu, a composição,

dimensão e qualificação do pessoal ligado às áreas da candidatura, o orçamento próprio ou da tutela e os programas de divulgação e educativos. A relação com o público/impacto social avalia a previsão de impacto dos instrumentos de divulgação no público e a atracão de visitantes que pode ter. É estudada a definição do público-alvo, os programas de distribuição e de divulgação, as medidas de divulgação e de produção de materiais didácticos e a existência de áreas específicas de competência profissional. A terminar, são estudados os objectivos, metas e o cronograma, ou seja, o planeamento na base da realização do projecto, como forma de averiguar da previsibilidade de execução.

O parecer do IPM impõe que a entidade proponente apresente a inserção do projecto no desenvolvimento do museu, a definição de público-alvo, a previsão de impacto social, a articulação com outras instituições, a composição da equipa técnica e de responsáveis, a composição, a dimensão e qualificação do pessoal actual e previsto e o orçamento próprio ou da tutela e cronograma.

A acção 6 não tem critérios de avaliação definidos. Até ao momento apresenta apenas um projecto elegível.

3.2 – Acções da medida 2.2

3.2.1 - Condições específicas de acesso

Na medida *Utilização das Novas Tecnologias da Informação para acesso à Cultura* inserem-se quatro acções que definem a tipologia dos projectos a apoiar: *Inventário e digitalização do Património imóvel e Móvel e sua divulgação; Rede informática em Museus; Palácios e Monumentos para apoio aos utentes; Tratamento e*

digitalização de arquivos, fundos bibliográficos e do património musical português; Outros instrumentos de divulgação da informação cultural.

O principal objectivo desta medida é aproximar a Cultura ao cidadão e à sociedade em condições e com qualidade, recorrendo às novas tecnologias da informação.

A medida contempla a recolha e tratamento da informação, para depois de preparada poder ser disponibilizada através novos suportes de divulgação, como sejam os veículos digitais.

O *Inventário e digitalização do património móvel e imóvel*, primeira acção desta medida, promove a divulgação de elementos que digam respeito à classificação de imóveis e à definição de áreas de protecção, a inventariação de bens móveis, imóveis e não classificados próximos de bens classificados. Contempla bens, quer móveis quer imóveis de propriedade ou sob responsabilidade do Estado, de autarquias, de entidades religiosas, universidades, fundações, assim como de outras instituições culturais sem fins lucrativos. Estão incluídas nesta acção o inventário e a digitalização de monumentos e sítios (património arquitectónico, paisagístico e arqueológico) e as colecções dos museus pertencentes à RPM ou outros bens patrimoniais que os organismos do MC (que tutelem a área em causa) considerem relevantes em parecer obrigatório.

A *Criação da rede informática*, segunda acção, pretende instalar nos museus, palácios e monumentos um sistema informático que melhore a gestão destas instituições. Traduz-se no alargamento da informatização dos inventários e no aumento da capacidade de os divulgar publicamente através dos novos meios de comunicação, tornado as colecções dos museus, palácios e monumentos ligados entre si de forma

segura e fiável (e também com outros serviços do MC) e mais interactivos com o público.

A terceira acção, *Tratamento e Digitalização de Arquivos, Fundos Bibliográficos e do Património Musical Português* abrange acervos de Arquivos e Bibliotecas Públicas, abertos ao público e tem como objectivo divulgá-los em diversos tipos de suportes. Inclui os investimentos na constituição de bases de dados, transmissão de dados à distância, consultas electrónicas, transferência de suportes e a sua difusão.

A última acção, *Outros Instrumentos de Divulgação de Informação Cultural* destina-se à criação de páginas ou sítios na *internet*, projectos de realidade virtual e campanhas publicitárias com publicação de guias, inventários, roteiros, folhetos, audiovisuais, multimédia, entre outros. Esta acção privilegia a divulgação da informação cultural através das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Aos projectos a apresentar à acção 2.2 necessita de ser reconhecido o mérito cultural e a sintonia com os objectivos da acção a que é candidato. Este parecer é da responsabilidade dos organismos do MC que tutelam as áreas em causa. Esta condição é comum a todos os projectos, assim como o facto de na data da entrega da candidatura os projectos não poderem ter fisicamente iniciado, salvaguarda feita aos estudos e acções preparatórias, desde que posteriores a 19 de Novembro de 1999.

As condições específicas de acesso ao inventário e digitalização do património obrigam a que o trabalho co-financiado seja disponibilizado publicamente através de sítios na *internet*, CD-ROM, DVD ou outro produtos multimédia e a sua cedência/permute para integração no Portal da Cultura e para os organismos do MC com tutela na área. Para tal, as plataformas de *software* informático utilizadas devem ser compatíveis com os sistemas em uso no MC.

As entidades devem apresentar, em sessão pública, os resultados do projecto, realizar acções pedagógicas e actividades educativas e científicas e criar pelo menos um posto de trabalho durante a execução do trabalho.

Os projectos de inventário e de digitalização devem recorrer a plataformas multimédia, se possível com imagem, som e/ou vídeo para permitirem o acesso à distância, respeitar as descrições técnicas dos bens museológicos de acordo com as normas nacionais e internacionais, mencionar as entidades e colecções envolvidas e a incidência temática e geográfica, explicitar o tempo de realização, a especialização e coordenação dos recursos humanos e o produto final. Os resultados da execução deste devem ser divulgados publicamente. Faz ainda parte das condições específicas a justificação e discriminação quantificada dos custos e dos resultados esperados (para averiguar o custo/benefício), a previsão de receitas próprias/orçamento próprio e as despesas até dois anos após o fim do financiamento e o cumprimento dos requisitos básicos de acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais (recomendação de 5 de Maio de 1999).

A acção 2, para além dos pareceres do MC e do respeito pelos prazos de execução idênticos para as restantes medidas desta acção, apenas terá de respeitar as condições gerais de acesso contidas no *Manual de Procedimentos* e já anteriormente aqui descritas.

Na acção *Tratamento e digitalização*, a terceira, é condição específica que do projecto conste a produção, edição e disponibilização de novos instrumentos de comunicação e dos resultados. Como em casos anteriores, as plataformas e o *software* informático têm de ser compatíveis com os utilizados pelo MC, pelas razões já apontadas. Também nesta acção os resultados do projecto têm obrigatoriamente de ser

apresentados, têm de realizar-se acções pedagógicas e actividades educativas ou científicas, ser criado pelo menos um posto de trabalho temporário ou permanente, recorrer-se à utilização de plataformas multimédia (se possível com imagem, som e/ou vídeo). À semelhança dos projectos candidatos à primeira acção desta medida, é condição a explicitação do período de realização temporal, os recursos humanos envolvidos, o resultado esperado, a discriminação das entidades, a temática dos acervos a tratar, as zonas geográficas de que provêm, a discriminação dos custos e dos resultados, a consulta pública destes, a garantia da sustentabilidade financeira, o cumprimento dos requisitos de acessibilidade para cidadãos com necessidades.

Na quarta e última acção, *Outros instrumentos de divulgação*, terão de ser observados os requisitos comuns às outras acções e a obrigatoriedade de utilização das novas tecnologias de informação.

3.2.2 – Despesas elegíveis

Em qualquer uma das quatro acções da Medida 2.2, só podem ser elegíveis aquisições externas ao promotor do projecto. Custos internos de preparação dos projectos e despesas correntes de funcionamento não são considerados.

Na acção *Inventário e digitalização*, a primeira desta medida, o POC considera como despesas elegíveis a aquisição de serviços ou os contratos a termo certo para a realização de inventários, digitalizações, reprodução de documentos ou conversão de suportes, o transporte de acervos e seguros de transporte e de responsabilidade civil, aquisição de equipamento e aplicações informáticas específicas, os custos com os suportes de divulgação dos resultados (livros, CD-ROM, vídeo, páginas e sites de

internet, produtos audiovisuais e multimédia) e com estudos e assistência técnica dos projectos.

Não são passíveis de ser consideradas as despesas correntes das entidades proponentes e de aquisição de equipamento informático que ultrapassem 25% do investimento elegível e o IVA das aquisições de bens e serviços comparticipados pelo Programa.

A segunda acção, *Rede informática*, aceita como despesas elegíveis a aquisição de serviços externos a empresas da área, a contratação de técnicos para criar redes informáticas, a aquisição de equipamentos e aplicações informáticas específicas incluindo o reforço da rede e serviços de comunicações de dados, estudos e assistência técnica e despesas de promoção e divulgação da rede.

O *Tratamento e digitalização*, terceira acção, suporta o financiamento de serviços externos de empresas especializadas em inventário, digitalização, reprodução de documentos e conversão de suportes, transporte de acervos e seguros de transporte e responsabilidade civil, aquisição de equipamentos e aplicações informáticas, custo de edição e publicação de material de divulgação, assim como de organização e promoção de seminários e ainda, como nas medidas anteriores, estudos de assistência técnica dos projectos.

Na última acção desta medida, *Outros instrumentos de divulgação*, são elegíveis a aquisição de serviços de artistas, técnicos, especialistas, empresas especializadas desde que contratualmente estabelecidos, não sendo considerados técnicos das áreas administrativas, jurídica, financeira, de gestão e planeamento geral do projecto. Consideram-se ainda a aquisição de equipamentos e aplicações informáticas específicas para os projectos que contribuam para o reforço da rede e sistemas de

informação, os custos de publicações que divulguem produtos e serviços culturais e, por fim, o aluguer de espaços publicitários.

3.2.3 - Critérios de Selecção

Os projectos candidatados a qualquer uma das acções da medida 2.2 relacionados com museus devem contar com o parecer do IPM, IPPAR e IAN/TT e, caso a acção assim o sugira, de qualquer outro organismo do MC com tutela sob o domínio do projecto. Estes são avaliados pela capacidade de promover o acesso dos cidadãos aos bens culturais tendo em conta a importância no património móvel nacional dos conteúdos disponibilizados, a sua inovação tecnológica e articulação com entidades de Investigação e Desenvolvimento, a capacidade técnica das equipas, tudo no sentido de melhorar a prestação de serviço público na área do património cultural. Dos critérios de selecção consta também a capacidade que o projecto tem de disponibilizar o conhecimento do património para a investigação documental, científica, académica e económica, o recurso às novas tecnologias para a divulgação a nível nacional e internacional de conteúdos artísticos, culturais e históricos. Os critérios impõem o respeito das regras e normas para o inventário e digitalização de bens, o tratamento arquivístico segundo a *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística* e as orientações específicas para os diferentes tipos de documentos de arquivo, o respeito pela proveniência dos fundos e coleções, a preservação e conservação do património arquivístico em boas condições físicas, a garantia de boas práticas na criação e organização técnica dos resultados da digitalização e, por último, a menção aos resultados previstos, ao nível do número de documentos descritos, número de

peças/imóveis inventariados, número de entidades contactadas e objecto de inventário, número de publicações em suporte papel e outros suportes.

3.2.4 – Avaliação do IPM aos projectos a candidatar à medida 2.2

Ao contrário do que sucede com a medida 1.2, o IPM não definiu parâmetros de análise. Neste caso, a avaliação e o parecer produzidos são mais casuísticos, uma vez que não existe um paradigma normativo previamente fixado, centrando-se, o parecer, na candidatura e não no executor. Assim, a análise é feita tendo em conta dois aspectos genéricos. Primeiro, o enquadramento que o projecto apresentado tem na política sectorial preconizada pelo MC. Depois, nos argumentos técnicos, ou seja, na avaliação da compatibilidade dos suportes propostos com os utilizados pelos organismos estatais, de modo a permitir a rentabilização da informação em plataformas que se difundam com a maior propagação possível.

3.3 – Indicadores de execução

3.3.1 – Medida 1.2

O limite temporal sobre o qual incide a análise da execução física do POC, neste trabalho, vai desde o início da execução física do Programa, em 2000, até Março de 2005.

Esta análise incide, assim, sobre projectos apresentados até à 27^a Unidade de Gestão, ocorrida a 22 de Fevereiro de 2005. As primeiras homologações realizaram-se em 8 de Novembro de 2000.

No intervalo temporal considerado, foram homologados um total de 90 projectos. O conjunto dos projectos aprovados, executor e localização geográfica encontra-se no Anexo I. As duas primeiras acções desta medida, a que correspondem obras materiais, são responsáveis por 80% do financiamento elegível da medida até à data, com 44 projectos, cerca de metade das candidaturas homologadas (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de projectos, montante e percentagem de financiamento aprovados até 22 de Fevereiro de 2005 por acção, na medida 1.2.

Ações	Nº total de projectos	Financiamento elegível	
		Montante	%
Materiais			
1	43	87.550.890,54 €	79,6
2	1	500.282,75 €	0,4
	44	88.051.173,29 €	80,0
Imateriais			
3	16	2.548.962,23 €	2,3
4	25	18.153.188,84 €	16,5
5	4	416.254,11 €	0,4
6	1	810.875,79 €	0,8
	46	21.929.280,97 €	20,0
Global	90	109.980.454,26 €	100,0

Às restantes quatro acções, de projectos considerados imateriais, correspondem os restantes 46. A estes cabe cerca de 20% do total de financiamento de toda a medida (Tabela 3). Ou seja, os projectos de cariz imaterial, apesar de representarem mais de metade das candidaturas homologadas, apenas são responsáveis por 20% das verbas executadas. Se este valor está de acordo com a percentagem negociada com Bruxelas para todo o POC não deixa de demonstrar o seu pendor ainda

infraestrutural, apesar da evolução em relação ao QCA II onde as acções imateriais nas medidas dedicadas à Cultura não ultrapassaram os 8%.

As acções 1 e 4 juntas representam 96,1%, do investimento elegível aprovado, respectivamente, 79,6 e 16,5% (Tabela 3). Este dado demonstra a necessidade que o POC teve de apoiar projectos de dinamização dos museus, sobretudo ao nível das exposições permanentes (e numa primeira fase também temporárias), de modo a garantir a abertura dos espaços museológicos (alguns intervencionados, como o Grão Vasco e o Soares dos Reis). Deste modo, esperava-se que o consequente aumento de número de visitantes contribuísse para o cumprimento do indicador número de visitantes inicialmente definido.

Dos projectos homologados até à data, 45,6% pertencem a organismos tutelados pelo MC, 27,8% pelas autarquias locais, 8,9% por associações, 13,3% por fundações, 2,2% pela Igreja e 2,2% pelas universidades (Tabela 4). O MC, única entidade com projectos em todas as acções, é responsável por 41 projectos, sendo que destes apenas quatro não são do IPM, pertencendo ao Centro Português de Fotografia, Delegação Regional da Cultura do Norte (DRCN) e dois ao IPCR, respectivamente, *Modernização e Dinamização do Centro Português de Fotografia* (acção 3), *Projecto Integrado de Acção Cultural no Douro* (acção 4) e *Remodelação das oficinas do IPCR* (acção 2) e *Estudos e Investigações sobre o Património Móvel Integrado* (acção 6).

Tabela 4 – Número de projectos por acção e por tutela e respectivo financiamento na medida 1.2. Valores totais dos projectos, financiamento e respectivas percentagens por tutela.

Acção	Ministério da Cultura			Autarquias Locais			Associações			Tutela			Fundações			Igreja			Universidade		
	Projectos	Investimento	Projectos	Investimento	Projectos	Investimento	Projectos	Investimento	Projectos	Investimento	Projectos	Investimento	Projectos	Investimento	Projectos	Investimento	Projectos	Investimento	Projectos	Investimento	
1	14	21.316.077,69€	17	42.397.850,50€	4	2.177.814,63€	4	12.992.421,57€	2	5.062.614,21€	2	3.604.111,94€									
2	1	500.282,75€																			
3	8	1.387.113,65€	6	939.837,51€					2	222.011,07€											
4	14	10.816.795,30€	1	112.926,82€	4	2.170.557,28€															
5	3	3.350.800,91€	1	65.453,30€					6	5.052.909,44€											
6	1	810.875,79€																			
Global	41	35.181.945,99€	25	43.516.068,13€	8	4.348.371,91€	12	18.267.342,08€	2	5.062.614,21€	2	3.604.111,94€									
%	45,6	32,0	27,8	39,5	8,9	4,0	13,3	16,6	2,2	2,2	2,2	2,2									

Ao MC corresponde 32,0% do financiamento elegível até agora, às autarquias locais 39,5%, às associações 4,0%, às fundações 16,6%, à Igreja 4,6% e às universidades 3,3% (Tabela 4).

Quase metade do investimento elegível (49,2%) encontra-se na região Norte, correspondendo a 39 projectos de um total de 90 (Tabela 5). Nesta região, as tutelas MC e Autarquias Locais equivalem-se em número de projectos, 12. O mesmo sucede com as Associações e Fundações, com 7 e 8 projectos respectivamente. A Igreja só se candidata a fundos de apoio nesta região, nomeadamente com *Museus Arquidiocesanos Pio XII e Medina e Tesouro Museu da Catedral de Braga – Núcleo do Sino*, ambos na acção 1. Lisboa e Vale do Tejo é a única região presente em todas as acções. Aos 32 projectos na sua área correspondem 25,1% dos fundos (Tabela 5). De realçar que 20 dos projectos pertencem à tutela MC e que as Associações e as Universidades têm apenas um cada, na acção 1, respectivamente *DINACARMO – Remodelação e Dinamização do Museu Arqueológico do Carmo e Laboratório Chímico da Escola Politécnica (Museu da Ciência)*.

A região Centro recebe 12,9% das verbas homologadas, a distribuir por 12 iniciativas, 8 das quais tuteladas pelo MC, duas pelas autarquias, uma pela Fundação Abel de Lacerda (*Museu do Caramulo – 1ª Candidatura*, na acção 4) e uma pela Universidade de Coimbra (*Remodelação do Laboratório Chímico – Criação do Museu das Ciências*, na acção 1).

Na região do Algarve, apenas três iniciativas (9% do valor de apoio), todas de âmbito autárquico, estão incluídas nesta medida (Tabela 5). O projecto *Oceano Multimédia* enquadrava-se na acção 3, e na acção 1 as duas fases do projecto *Museu Municipal de Portimão*.

Finalmente, os restantes 3,8% do montante homologado dizem respeito às quatro iniciativas geograficamente localizadas na região do Alentejo (Tabela 5). Destas, apenas *Museu de Évora – Exposições Permanentes e Temporárias* faz parte da acção 4, integrando as restantes a acção 1.

Ao compararmos a incidência da distribuição por região da medida em análise com o percentual do investimento programado inicialmente para o POC, constatamos que as regiões do Centro e do Alentejo têm uma percentagem inferior à meta estabelecida, enquanto as restantes caracterizam-se por um valor mais elevado. Assim, para um valor estabelecido de 36% para o Norte, 33% para o Centro, 19% para Lisboa e Vale do Tejo, 9% para Alentejo e 3% para Algarve, a medida apresenta, respectivamente, 49,2%, 12,9%, 25,1%, 3,8% e 9% (Tabela 5).

Tabela 5 – Divisão dos projectos aprovados na medida 1.2 por região, acção e tutela. Investimento elegível e percentagem do valor total da medida associado a cada região.

Acção	Região	Nº projectos	Investimento elegível	Tutela				% valor da medida	Igreja	Fund.	Univ.
				% valor da medida	MC	AL	Assoc.				
1	Norte	19	43.231.301,57 €	4	8	3	2	2			
3	Norte	7	1.329.552,81 €	1	4			2			
4	Norte	12	9.424.667,46 €	49,2	4		4	4			
5	Norte	1	65.453,30 €	3							
		39	54.050.975,14 €	12	12	7	8	2	0	0	0
1	Centro	7	12.823.226,04 €	5	1						1
4	Centro	5	1.414.757,88 €	12,9	3	1					
		12	14.237.983,92 €	8	2	0	1	0	1	0	1
1	LVT	12	17.677.81.08 €	5	3	1					
2	LVT	1	500.282,75 €	1							
3	LVT	8	1.201.605,42 €	7	1						
4	LVT	7	7.044.808,90 €	25,1	6						
5	LVT	3	350.800,81 €		1						
6	LVT	1	810.875,79 €	1							
		32	27.586.190,75 €	20	5	1	3	0	1	0	1
1	Alentejo	3	3.956.354,22 €		3						
4	Alentejo	1	268.954,60 €	3,8	1						
			4.225.308,82 €	1	3	0	0	0	0	0	0
1	Algarve	2	9.862.191,63 €			2					
3	Algarve	1	17.804,00 €	9,0		1					
		3	9.879.995,63 €	0	3	0	0	0	0	0	0
	Global	90	109.980.454,30 €	100,0	41	25	8	12	2	2	2

3.3.2 - Acções da medida 1.2

Nesta medida, do total dos projectos, 43 dizem respeito à acção 1, um à acção 2, 16 à acção 3, 25 à acção 4, quatro à acção 5 e um à acção 6 (Tabela 3).

Nestas acções, o MC só não é o maior executor de verbas na acção 1, onde se destacam como principais proponentes as Autarquias Locais. De facto, cerca de 49% do investimento refere-se a 17 projectos da responsabilidade dos municípios, contra 24% para as 14 propostas do MC (Gráfico 1).

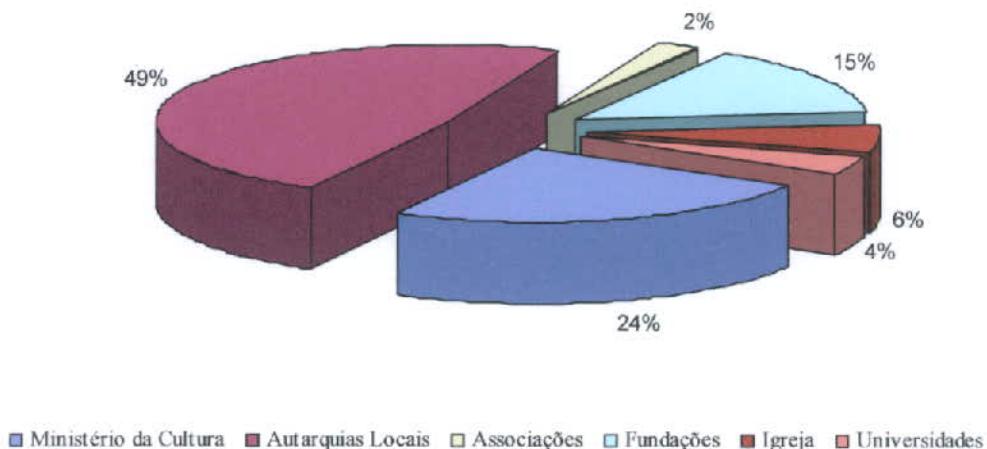


Gráfico 1 – Repartição do investimento elegível da acção 1 pelos executores dos projectos.

Tendo em atenção que a acção 1 é destinada a obras de construção, reparação e valorização dos museus, a acção por excelência da criação ou reconversão de infra-estruturas e a única em que todos os tipos de tutela apresentaram candidaturas, é de sublinhar o peso que os projectos municipais alcançam, tanto mais que inicialmente o POC tinha como beneficiários os museus dependentes do Estado. A incapacidade de execução do IPM e a abertura a novos proponentes, anteriormente abordada,

materializa-se na análise da distribuição destas verbas. Além disso, este facto pulverizou geograficamente os apoios, uma vez que cerca de um terço dos museus dependentes do IPM concentra-se na região de Lisboa e Vale do Tejo. Se analisarmos a distribuição dos financiamentos por região na acção 1, confirmamos essa disparidade espacial, ao verificar que 49% do investimento da acção se concentra na região Norte, contra 20% em Lisboa e Vale do Tejo, 15% na região Centro, 11% no Algarve e 5% no Alentejo (Gráfico 2).

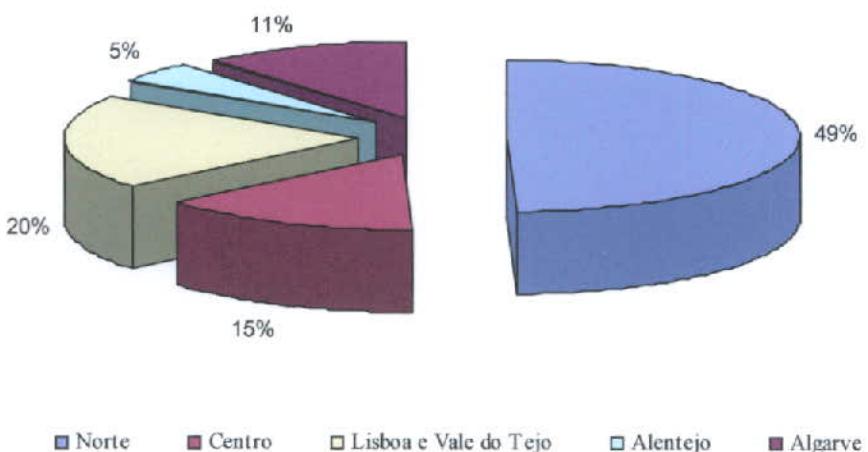


Gráfico 2 – Percentagem da distribuição por região do financiamento aprovado para a acção 1 da medida 1.2.

Curiosamente, a acção destinada às exposições permanentes, a acção 4, não segue a mesma tipologia de distribuição de verbas por tutela característica da acção 1 (Gráfico 3). Concretizando, 59% do investimento respeita ao MC, 28 às Fundações, 12 às Associações e 1% às Autarquias (apenas o *Museu da Pedra do Município de Cantanhede - Exposições*). Se as autarquias são as grandes beneficiárias das obras infraestruturais (como já vimos anteriormente), no que diz respeito às exposições que

habitam e dão vida aos espaços museológicos, os museus do Estado são os grandes executores, 13 em 25 projectos.

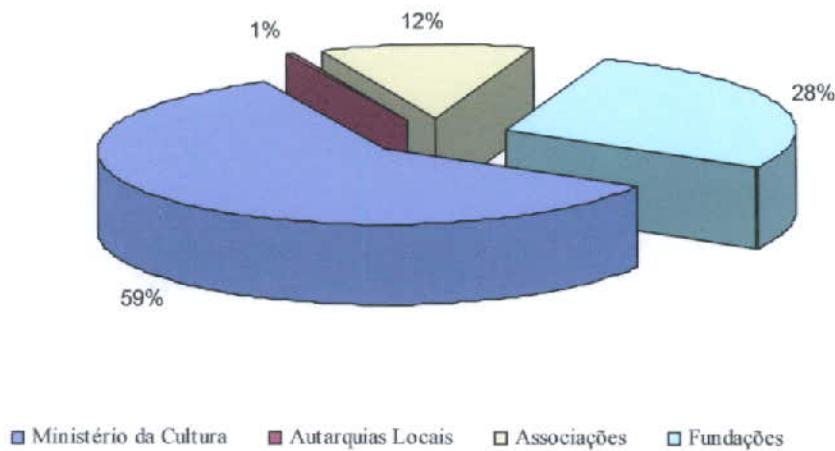


Gráfico 3 - Percentagem da distribuição por tutela do financiamento aprovado para a acção 4 da medida 1.2.

Por outras palavras, com o POC as autarquias construíram museus e o Estado realizou exposições.

Até ao momento, as acções 2 e 6 têm apenas um projecto homologado cada, ambos do IPCR, respectivamente, a remodelação das suas oficinas e os estudos e investigações sobre o património móvel integrado. Estas acções representam 0,4% e 0,8% do total do financiamento da medida (Tabela 3).

Quanto à acção 3, serviços de museus, o MC é o principal proponente, com oito projectos, a que corresponde 54 % do total da verba da acção. As Autarquias Locais são responsáveis por 37% e as Fundações pelo remanescente (Gráfico 4).

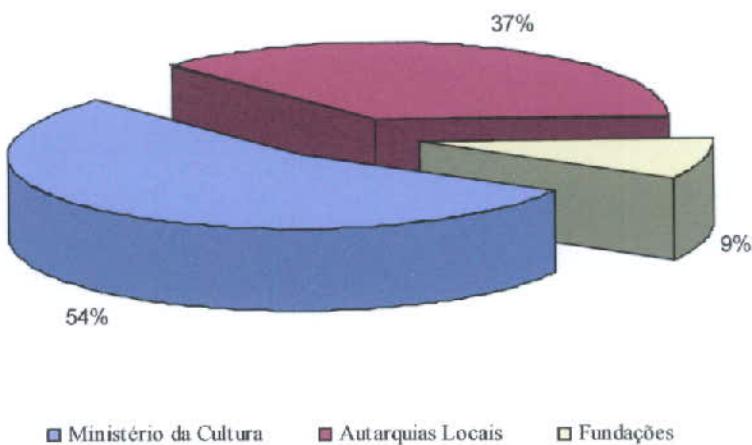


Gráfico 4 - Percentagem da distribuição por tutela do financiamento aprovado para a acção 3 da medida 1.2.

A acção 5, *Instrumentos de divulgação pública*, conta apenas com quatro projectos. Aqui, os três projectos da responsabilidade do MC (IPM) têm um peso de 84%, sendo a ANMP a executora do outro projecto aprovado (*Festa dos Museus*).

Em termos de distribuição geográfica, a região de Lisboa e Vale do Tejo é a que tem maior financiamento na acção 5 e a única a ter projectos na acção 2 e 6 (Tabela 5). No entanto, estas três acções apenas representam 1,6% do valor total da medida (Tabela 3). Nas restantes acções (1, 3 e 4), o peso da região Norte é sempre igual ou superior a metade do valor até à data aprovado na respectiva acção.

Com base nos projectos entregues e aprovados verificamos que as acções 1 (apenas com 0,3%) e 4 (com 6,4%) começaram a ter execução financeira logo em 2000 (Gráfico 5). No caso da acção 1, alguns dos projectos em curso prolongar-se-ão até 2006, enquanto na acção 4 se prevê a execução financeira de todos os projectos já homologados até ao final de 2005.

Os projectos homologados nas acções 2, 5 e 6 já foram finalizados. O início da execução financeira da acção 3 ocorreu no ano de 2001, prevendo-se o fecho da execução de alguns dos projectos homologados em 2006 (Gráfico 5).

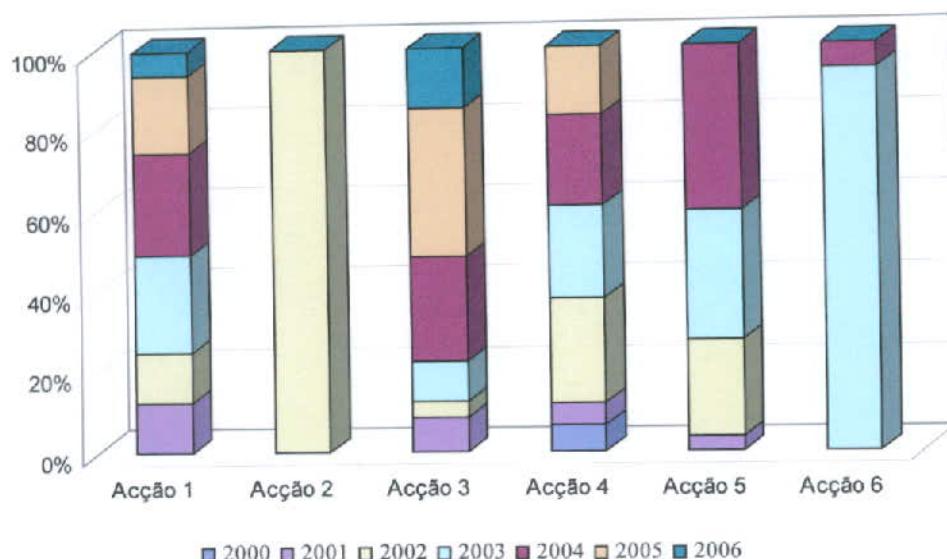


Gráfico 5 – Taxa de execução financeira real (2000 a 2004) e previsional (2005 a 2006) por acção da medida 1.2.

Nos anos de 2003 e 2004, verificaram-se elevadas taxas de execução financeira anual nas acções 1, 3, 4 e 5, sendo na maioria dos casos cerca de 25% do montante total da respectiva acção (Gráfico 5). Este facto, correspondeu a uma necessidade de aumentar a taxa de execução de forma a atingir a Reserva de Eficiência e coincidiu com a suspensão temporária da apresentação de candidaturas considerada imprescindível para levar a cabo essa tarefa com sucesso.

Para além da análise da execução financeira do POC, a avaliação do Programa vai ter como medida de sucesso outros indicadores inicialmente assumidos para com a Comissão Europeia e reafirmados pela gestão do POC, aquando do ponto de situação de 2003 e das perspectivas futuras traçadas a propósito da utilização da

Reserva de Eficiência. Estamos a falar de indicadores de público, de postos de trabalho criados e de números de imóveis intervencionados que estiveram na base da aprovação do Programa pela Comissão Europeia.

Assim, pretende-se alcançar 6,5 milhões de visitantes por ano, em 2006, nos museus nacionais e monumentos afectos ao MC, ou seja, um aumento de 40% face aos valores registados antes do início deste quadro comunitário de apoio; alcançar 396 mil espectadores por ano na rede de recintos culturais apoiados (teatros e Cine-Teatros); criar 4900 postos de trabalho na fase de execução dos projectos e 900 novos postos de trabalho permanentes; construir, recuperar ou valorizar 50 monumentos classificados e 20 edifícios de interesse patrimonial, ou seja, um total de 70 imóveis de interesse histórico, arquitectónico e cultural; e aumentar a rede de recintos culturais em mais 10 salas de espectáculo.

Especificamente em relação à medida 1.2, os índices fixados foram apoiar a construção ou recuperação de 20 museus nacionais; aumentar em cerca de 5% ao ano os visitantes dos museus nacionais, para em 2006 atingir os 3,7 milhões de visitantes; e criar cerca de 1800 postos de trabalho na fase da execução de obras e 350 novos postos de trabalho permanentes, isto para além de um nível de financiamento de 20% do total do investimento da medida para as acções imateriais.

3.3.3 – Medida 2.2

Esta medida tem até à 27^a Unidade de Gestão, um total de 23 projectos em execução, listados no Anexo II. Saliente-se o facto de que, no entanto, a partir da 21^a Unidade de Gestão, 18 de Junho de 2004, não houve em sede deste órgão qualquer

aprovação. Até ao final de 2002, foram homologados nesta medida 10 projectos. No ano seguinte, nove candidaturas mereceram parecer favorável. Em 2004, foram quatro as aprovações.

Decorria de uma das propostas apresentadas pela avaliação intercalar um esforço para aumentar as candidaturas a esta medida. De facto, o grande incremento dá-se na 15^a Unidade de Gestão, onde a 4 de Julho de 2003, de uma só vez, foram aprovadas cinco candidaturas. Não será pois de estranhar que 2003 e, em particular, 2004 tenham sido os anos de maior taxa de execução financeira, respectivamente 26,8% e 34,0%.

O investimento elegível da medida 2.2 é substancialmente inferior ao da medida 1.2, representando apenas 8,4% do seu valor. Se atendermos ao valor total destinado à execução do POC (cerca de 249 milhões de euros), a medida 1.2 absorve 44,2% dos recursos do Programa e a medida 2.2, apenas 3,6% para o conjunto dos projectos em análise até à data.

Uma das características dos projectos homologados nesta medida, no que diz respeito à distribuição geográfica, é o facto de mais de metade terem uma execução alargada às cinco regiões do continente. É o caso dos três projectos dependentes do IPM.

Nesta medida, do total dos projectos, quatro referem-se à acção 1, 15 à acção 3 e quatro à acção 4. A estes, corresponde, respectivamente 44,7%, 39,2% e 16,1% do investimento elegível da medida. A acção 2 não contempla nenhum projecto (Tabela 6).

Tabela 6 – Número de projectos, montante e percentagem de financiamento aprovados até 18 de Junho de 2004 por acção, na medida 2.2.

Acções	Nº total de projectos	Financiamento elegível	
		Montante	%
1	4	3.947.968,51€	44,7
2	0	0,00€	0,0
3	15	3.468.266,83€	39,2
4	4	1.426.555,22 €	16,1
Global	23	8.842.790,56 €	100,0

O MC tutela 11 dos 23 projectos em curso. As Autarquias são responsáveis por seis, as Fundações apresentaram três e Associações, Igreja e Universidades executam uma iniciativa cada. Também no que respeita ao investimento elegível, o MC assume 55,1%, cabendo às Fundações 33%, às Autarquias 9,6%, às Universidades 1,3%, às Associações 0,6% e à Igreja 0,4% (Gráfico 6).

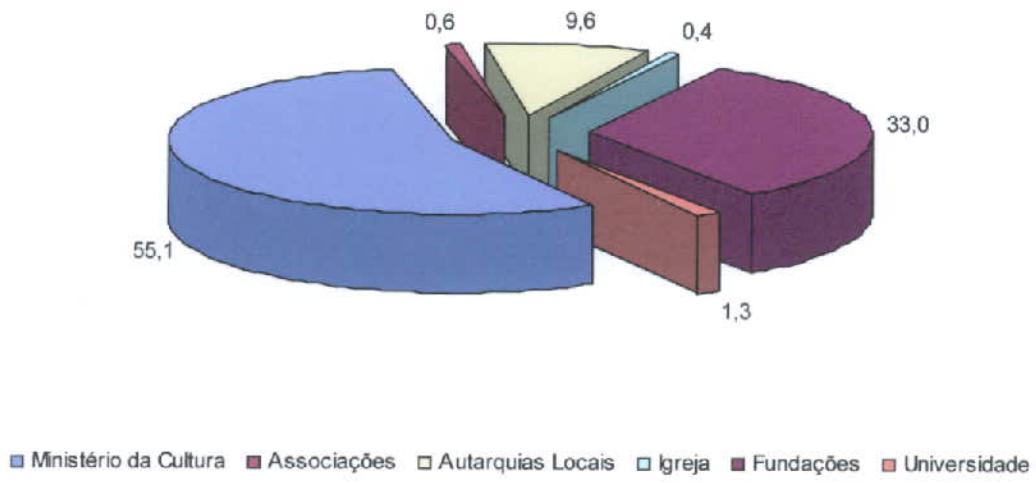


Gráfico 6 - Percentagem da distribuição por tutela do financiamento aprovado para a medida 2.2

Dos projectos tutelados pelo MC (onze), o IPM é responsável por três: a *Gestão e Divulgação do Património Cultural Móvel, Edição Multimédia e Publicações dos Museus e Euro 2004 – Campanha de Divulgação dos Museus*, todos englobados na acção 4 - *Outros Instrumentos de Divulgação de Informação Cultural*. Ao invés da medida, 1.2, onde o IPM assumia cerca de 90% dos projectos tutelados pelo MC, nesta medida, BN, DRCN, IAN/TT, IPCR e IPPAR são os outros organismos do MC responsáveis por projectos.

3.4 – Considerações finais

A 14 de Julho de 2004, a Comissão Europeia aprovou uma proposta de pacote legislativo que inclui o regulamento de gestão dos fundos estruturais. A partir daí, iniciou-se um processo que culminará na aprovação do QCA IV. Primeiro, a Comissão concebe uma proposta com prioridades para os Estados-Membros e para as regiões. Depois, cada Estado prepara um quadro de referência estratégica nacional, negociado com a Comissão, onde define as prioridades sectoriais e regionais, as metas a atingir em cada prioridade, os programas operacionais a implementar e os fundos previstos para cada um, ao mesmo tempo que se evidencia a coerência entre as prioridades comunitárias e as nacionais e regionais. Após a aprovação deste documento, deve ser apresentado cada um dos programas sectoriais e regionais, processo semelhante, aliás, ao do quadro de apoio anterior.

A arquitectura do novo QCA, de acordo com os projectos de regulamentação conhecidos até agora, terá como grandes eixos prioritários a convergência/coesão dos Estados-Membros e das regiões menos desenvolvidas, bem como o reforço da competitividade/attractividade regional e do emprego. Coesão, convergência e competitividade são as palavras de ordem a definir a elegibilidade.

Para o QCA IV, o financiamento FEDER para o sector Cultura apenas consta do objectivo coesão/convergência, e dependente do Turismo, uma vez que surge na protecção e valorização do património cultural como factor de desenvolvimento económico e de melhoria de serviços turísticos. Este facto representa um retrocesso em relação ao quadro ainda em vigência e o retomar da estratégia do QCA II. Para um país como Portugal que encarnou uma mudança de paradigma traduzido num significativo

reforço do apoio financeiro, dificilmente se verá com bons olhos voltar a trás, pelo que isso representa em termos de desinvestimento numa das áreas que continua a caracterizar-se por inúmeras carências, como também pela perda de importância e protagonismo ao nível das prioridades.

A nova tendência a seguir pela Comissão Europeia pretende uma simplificação do sistema de programação onde as medidas serão substituídas pelas operações consideradas prioritárias, em sintonia com o novo PNDES, em cada programa sectorial proposto. Apoiar, cada vez mais, as pessoas. E, não menos importante, uma política que assume os fundos estruturais como complemento aos apoios nacionais, regionais e locais. O inverso, portanto, do que tem sucedido em Portugal, pelo menos na área em análise.

Certamente que a actualização da avaliação intercalar do POC, em curso e a apresentar em 2005, será um dado a ter em conta na elaboração da proposta para o sector Cultura. Permitirá apontar alguns caminhos às negociações, ao avaliar o impacto dos projectos materiais e imateriais na captação de público, a sustentabilidade destes últimos, assim como a contribuição para a criação de emprego especializado. Debruçar-se-á, ainda, no impacto da equidade territorial no acesso a equipamentos culturais, na valorização patrimonial, na requalificação urbana, no desenvolvimento de estruturas de produção de conteúdos culturais, na influência dos projectos na melhoria da vida da população e, por fim, no impacto da inovação tecnológica na competitividade e atractividade regional.

Nas conclusões de 2003, a avaliação intercalar identificava algumas ideias-chave fundamentais para o desenvolvimento do sector cultural. Eram apontados o factor competitividade e sustentabilidade, a capacidade de gerar emprego qualificado e

especializado, ser um veículo de coesão económica, social e regional, um meio de reforço da cidadania e de afirmação das comunidades, um meio para a afirmação da sociedade da informação, de criação de conteúdos em novas tecnologias.

A experiência, conjugada com as orientações da Comissão Europeia aconselha a aposta num novo Programa onde sejam aceites intervenções de tipologias e tutelas mais diversificadas, incluindo a possibilidade de o mesmo projecto abranger acções materiais e imateriais, e de carácter transversal, produzindo efeitos em domínios como a sociedade do conhecimento e a economia, por exemplo. No QCA III há algumas sobreposições entre o POC e o Programa Operacional Sociedade de Informação (POSI). Mas também há complementaridades, por exemplo, a inventariação e a digitalização realizadas pelo IPPAR com o apoio do POC sustentam o desenvolvimento de serviços apoiados pelo POSI.

Uma coisa é certa, apesar do volume de financiamento comunitário destinado ao sector Cultura, as necessidades de recuperação e valorização do património arquitectónico e museológico continuam por resolver. A direcção do IPM, por exemplo, continua a defender que num próximo QCA deve ser reservada uma verba importante para infra-estruturas, nomeadamente para a construção de reservas, a par de acções que possam dar grande visibilidade ao património, como roteiros, catálogos, exposições temporárias, digitalização, sítios, uma vez que os orçamentos próprios são sempre insuficientes. A questão das acções imateriais esbarra num dado a que o meio ainda não conseguiu dar solução, a falta de recursos humanos qualificados, especialmente nos museus autárquicos. Mas não só. Ao mesmo tempo que se defende, como fizemos anteriormente, a imprescindível qualificação dos recursos humanos, verificamos que o indicador de criação de postos de trabalho (350 novos e permanentes), nomeadamente

no que toca às entidades públicas não tem podido ser cumprido, por causa dos condicionalismos político-económicos. Este é o outro lado da moeda que o dinheiro da UE, por si só, não poderá alterar. Apenas se consegue gerar trabalho temporário durante o processo de execução de obra, não se aposta posteriormente nos novos empregos permanentes necessários para os equipamentos renovados e para as valências que eles adquiriram. Isto certamente também não contribui para o objectivo de fortalecer o tecido empresarial das indústrias culturais traçado para as políticas sectoriais.

Num aspecto todos os intervenientes parecem estar de acordo. A carga burocrática que envolve todo o processo de candidaturas ao POC é prejudicial para levar a bom porto os projectos. A preparação dos dossieres de candidatura, a justificação dos investimentos e das despesas, os reembolsos, a execução física dos projectos, entre tantos e tantos aspectos, num contexto em que proponentes, estruturas de apoio e de produção são precárias, podem fazer fracassar os processos. Por essa razão, Estado e institutos devem agilizar-se e acompanhar a execução.

Pela especificidade da execução física de um projecto cultural, de que nos vem sempre à memória o exemplo da arqueologia, muitos agentes do sector defendem uma situação de excepção em relação à Cultura, através duma flexibilização de procedimentos, normas e prazos. No fundo, tratar-se-ia de adequar os procedimentos à metodologia das obras na área da museologia e do património. Não nos parece que uma situação de excepção, tão do agrado de muitos dos técnicos a trabalhar na área e tantas vezes solicitada como solução de todos os problemas, pudesse fortalecer esta área já de si em risco de ser menorizada. A dificuldade em explicar a singularidade da Cultura não deve corresponder a uma fragilização do sector e dos seus agentes, desresponsabilizando-os e atirando-os para um mundo irreal e não pragmático. Um

regime de excepção representa sempre a assunção de uma insuficiência impeditiva de projectar o sector a par de outro qualquer. Inevitavelmente, no entanto, a incapacidade dos agentes e do próprio Estado em organizar, apresentar e executar projectos credíveis representou uma peneira natural.

Apesar de tudo, é inegável que o financiamento num sector esquecido nas últimas décadas permitiu a realização de projectos impensáveis sem a existência de um Programa Operacional para a Cultura. A Rede de Equipamentos culturais é disso exemplo. Como vimos anteriormente, o grande desafio é o da sustentabilidade e o de aplicar efectivamente ao terreno o conceito até agora teórico de rede. A reabilitação implica, inquestionavelmente, a manutenção e a dinamização.

A este propósito, e no que diz respeito ao indicador número de visitantes, se atendermos à estatística nos museus dependentes do IPM, disponibilizada no sítio deste instituto, constatamos que em 2004 houve 918.208 entradas, contra 1.149.378 em 1998, ou seja, um decréscimo de 21%. Analisando os dados dos últimos nove anos, verifica-se que em quatro deles (1999, 2000, 2003 e 2004) os visitantes se cifraram na ordem dos 900 mil. Nos restantes anos, foi ultrapassada a barreira do milhão de visitantes. Realce para 1998 e 2004 que se destacam pela positiva e pela negativa, respectivamente (Tabela 7). Muito longe, portanto, das optimistas previsões das metas que definiam 3,7 milhões de visitantes como objectivo para 2006, correspondendo a um aumento de 5% ao ano durante a vigência do QCA III.

Em relação ao IPPAR, entre 1996 e 1999 verificou-se um aumento do número de visitantes na ordem dos 50%. No conjunto dos nove anos, este último é o que se destaca pela positiva, com 3.615.772 visitantes (Tabela 7). Se nos reportarmos ao início do QCA III (2000), e comparando com os valores registados em 2004, os

monumentos afectos ao IPPAR sofreram um decréscimo de entradas de 6,5%. Apesar da quebra, os totais anuais nunca desceram dos três milhões.

Tabela 7 – Evolução do número de visitantes entre 1996 e 2004 nos museus do IPM e nos monumentos do IPPAR.

Ano	Nº de visitantes		
	IPM	IPPAR	Total
1996	1.050.259	2.402.821	3.453.080
1997	1.089.191	2.407.562	3.496.753
1998	1.149.378	3.378.135	4.527.513
1999	963.713	3.615.772	4.579.485
2000	973.254	3.300.482	4.273.736
2001	1.039.073	3.080.461	4.119.534
2002	1.034.725	3.288.373	4.323.098
2003	961.241	3.221.739	4.182.980
2004	918.208	3.088.098	4.006.306

A partir do ano 2000, o número total de visitantes dos museus do IPM e dos monumentos sob tutela do IPPAR nunca igualou os máximos obtidos em anos anteriores. A tendência decrescente distancia do objectivo traçado para 2006 nos dois institutos em questão, os 6,5 milhões de visitantes. Em relação aos museus, o facto de alguns estarem fechados por períodos significativos, nomeadamente para obras ao abrigo do POC, pode explicar uma diminuição de entradas totais. Tal é o caso em 2004 do Museu Machado de Castro e do Museu de Arte Popular, encerrados durante todo o ano e do Museu de Évora fechado sete meses.

No entanto, a dois anos de atingir o indicador fixado pelo POC, revela-se difícil inverter a tendência de baixa verificada e cativar os 2,5 milhões de visitantes em falta, mesmo que entretanto alguns dos projectos em obra possam ser abertos. Para atingir o objectivo seria necessário um enorme incremento de público que tanto IPM quanto IPPAR não têm manifestamente conseguido. Peguemos no exemplo do Museu

Nacional Soares dos Reis. Em 1998 teve 15.688 visitantes. Em 1999 esteve fechado sete meses, em 2000, onze meses e em 2001, seis. Nos restantes seis meses desse ano, a reabertura após as obras apoiadas pelo POC conseguiu atrair 25.409 visitantes. Nos últimos três anos, o número de entradas anuais tem vindo a diminuir, registando-se 27.689, em 2002, 24.500 em 2003 e, no último ano, 22.979.

A nosso ver, este museu representa bem o paradigma dos problemas inerentes à utilização das verbas do POC no contexto dos museus nacionais. Apesar de sofrer obras de requalificação, e após um primeiro efeito curiosidade (estamos a falar do mais importante museu do IPM no Porto e o segundo em termos de importância nacional) não consegue traduzir em afluência de público a melhoria do seu espaço físico. Quer pela incapacidade de modernizar os seus discursos expositivos, quer pela impossibilidade de manter o nível de exposições temporárias, quer ainda pelos problemas funcionais que levam a que feche algumas das suas salas em período de férias de pessoal, com evidente prejuízo a nível turístico uma vez que se trata dos meses de maior frequência.

Julgamos que, com a evolução do POC, nomeadamente com a abertura a outras tutelas, o indicador baseado apenas nos visitantes dos museus e monumentos do MC, definido num pressuposto que se alterou, pode não ter significado. Dados relativos às entradas em todos os museus já apoiados pelo POC, independentemente da tutela a que pertencem, revelam que em 2004 foram visitados por 809.391 pessoas. O tratamento desta informação torna-se neste momento impossível, dado que não existe, como a equipa do POC sublinha, conhecimento da situação de partida. Não cabendo no âmbito deste trabalho proceder a esse levantamento estatístico pormenorizado, deixamos uma nota que consideramos relevante para o futuro tratamento desta questão

de públicos. Assim, tendo os museus de outras tutelas que não do IPM, apoiados pelo POC, beneficiado de cerca de 68% do valor da medida 1.2 e de aproximadamente 45% do valor da medida 2.2, terão estas instituições captado público que os museus do Estado não conseguiram atrair ou, simplesmente, conseguiram criá-lo?

O indicador apresenta-se, provavelmente, demasiado ambicioso para o trabalho de reconversão efectivo que os museus nacionais conseguiram com o POC, esquecendo as restantes instituições museológicas. Será certamente importante, depois de terminada a execução e de todas as intervenções estarem abertas, proceder-se a inquéritos para conhecer as situações de origem e a avaliações temporalmente alargadas para averiguar o real impacto do POC a nível do número de visitantes.

De momento, e da análise dos registos mensais de entradas nos museus do IPM, nos últimos nove anos, verificamos que os meses correspondentes ao ano lectivo continuam a ser os de menor afluência, sem excepção. A função social do museu, sobretudo as extensões educativas, não têm conseguido cumprir o seu importante papel nos museus que consideramos de serviço público.

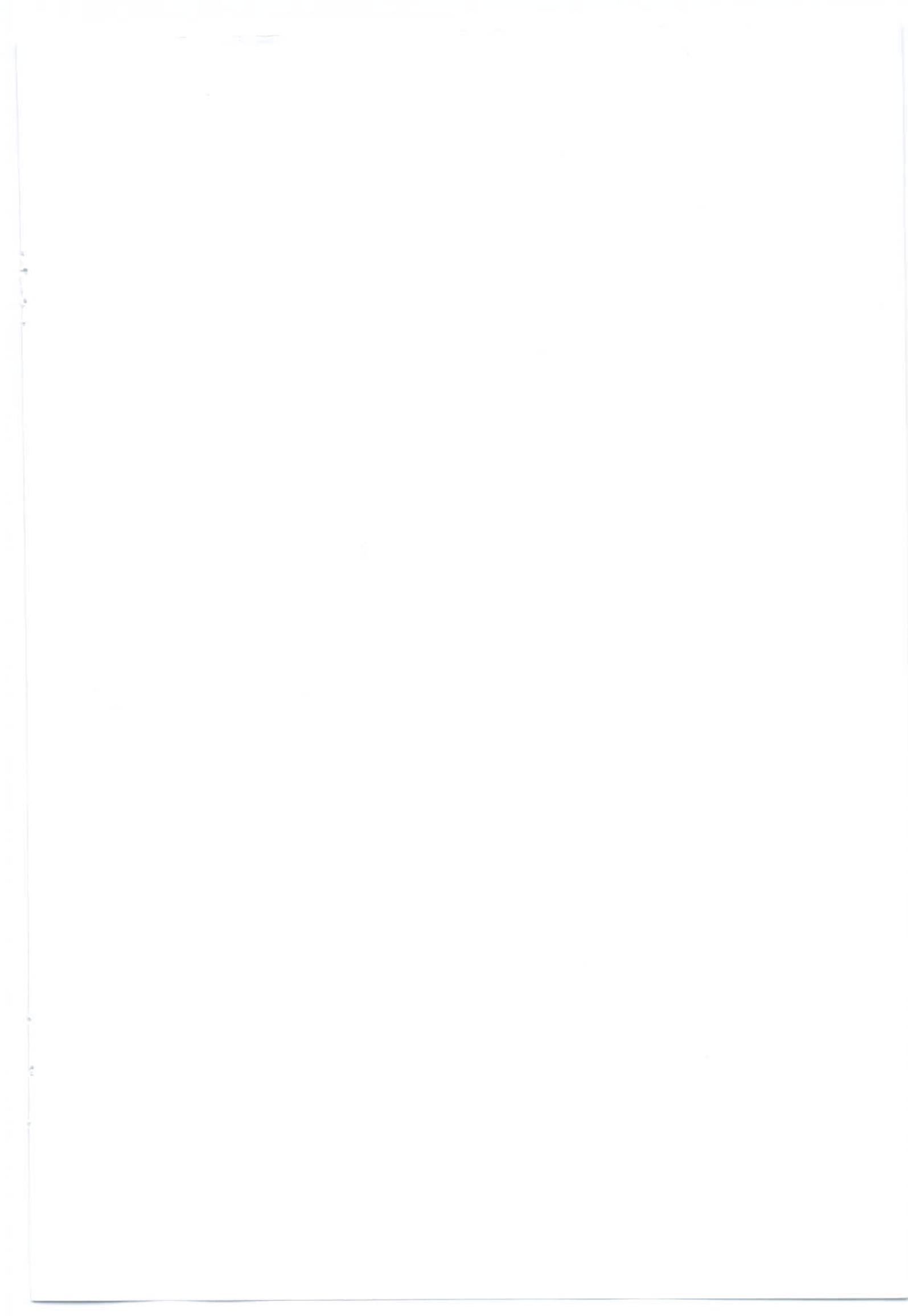
Uma coisa é inegável. A medida dos museus despertou grande interesse nos beneficiários. Devia, portanto, ter importância estratégica no país pelo desenvolvimento de projectos que impulsionam a revalorização do território, de zonas carentes de infra-estruturas culturais e de baixo nível da atractividade humana e económica.

A nível museológico, a oferta de equipamentos também mudou. Atrasos na execução física impedirão que o total das intervenções programadas seja atingido. Se no caso dos recintos culturais, a meta de 10 edifícios foi superada, no que diz respeito aos museus nacionais o mesmo não se poderá dizer.

Concretizando, na acção obras de construção, recuperação e valorização dos museus, da medida 1.2, a mais infraestrutural, num universo de 29 museus dependentes do IPM, 12 apresentaram candidaturas (Anexo I). Foram intervencionados os seguintes museus: D. Diogo de Sousa, Grão Vasco, Arte Popular, Azulejo, Machado de Castro, Arqueologia, da Guarda, Soares dos Reis, Abade Baçal, Francisco Tavares Proença Júnior, Alberto Sampaio, Monográfico de Conímbriga. Recorde-se, a este propósito, que o índice fixado era de 20 museus nacionais. Na acção 3, dedicada a serviços de museus, como por exemplo extensões educativas, o IPM conseguiu apoio para os projectos dos museus do Chiado, Arqueologia, Música, Azulejo, Cerâmica, Teatro, Malhoa. Na acção 4, referente às exposições permanentes e temporárias, os museus dependentes apoiados foram Arte Antiga, Chiado, Etnologia, Évora, Francisco Tavares Proença Júnior, Casa-Museu Anastácio Gonçalves, Arqueologia, Soares dos Reis, Alberto Sampaio, Machado Castro, Grão Vasco. Na acção 5, instrumentos de divulgação, o financiamento recaiu no Museu do Chiado e na Casa-Museu Anastácio Gonçalves. Deste modo, até à 27^a Unidade de Gestão, os museus da Terra de Miranda, Aveiro, Etnologia do Porto, Lamego, Biscainhos, Etnológico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso, Traje, Coches, oito de um total de 29, não tiveram qualquer intervenção apoiada pelo POC, exceptuando eventual apoio da medida 2.2 para instrumentos de divulgação de informação, candidaturas feitas para todo o universo dos museus tutelados.

Até ao momento, aqueles que foram considerados como os projectos museológicos emblemáticos do POC, Museu do Douro, Museu do Côa e a ampliação do Museu Nacional de Arqueologia continuam enredados nas teias de processos burocráticos e em risco de não conseguirem aproveitar as verbas que dentro do QCA III

lhes estavam reservadas por serem considerados prioritários. Por outro lado, projectos considerados importantes pelo POC, como o do Museu do Traje, do Museu do Chiado, do Museu José Malhoa, do Museu Jurássico da Lourinhã, por se situarem na região de Lisboa e Vale do Tejo perderam a oportunidade de se candidatar.



4 – Conclusões

Ao iniciar a conclusão deste trabalho, retomamos as últimas palavras da Introdução. Na altura, referiu-se a vontade de contribuir para a compreensão do papel do financiamento comunitário na modernização e dinamização dos nossos museus.

Esta era a premissa de que o próprio POC partia com uma ressalva, tratava-se de museus nacionais. Este facto revela-se, logo de início, um enorme equívoco. Não se trata, conforme o demonstra a execução do Programa, de museus nacionais, mas sim de museus portugueses. A mera distinção entre caracteres maiúsculos e minúsculos não é suficiente para não remeter museus nacionais para museus dependentes do IPM. A tradição institucional assim o define, o rigor e a execução obrigam a clarificação.

Propositadamente, nestas últimas linhas, não usámos a desfasada formulação museus nacionais, referida algumas vezes ao longo do texto (nomenclatura utilizada pelo POC), nem tão pouco a mais óbvia, museus portugueses. Num convite a entrar no universo dos museus e a encará-lo como um património comum ao nosso dispor, independentemente do tipo de tutelas, preferiu-se, nossos museus. Pois é disso que se trata.

É um dado adquirido de que os fundos disponíveis para Portugal no QCA IV serão inferiores aos do quadro ainda em vigor. A manter-se um programa autónomo, a concepção tenderá a seguir a mesma lógica e estrutura do QCA III. No entanto, o financiamento de acções imateriais tem de ganhar mais peso até para fazer face à sustentabilidade dos projectos já apoiados e dos equipamentos existentes, um dos maiores problemas com que estes se debatem.

No entanto, neste momento vive-se um período de reflexão e de viragem. Questiona-se o sentido de existirem programas operacionais autónomos que potenciem atitudes sectoriais verticais de defesa e manutenção dos interesses das áreas, em detrimento de uma visão mais integrada do desenvolvimento. Um novo modelo a que corresponda um novo paradigma pode ser encontrado. Um exemplo disso, ao invés de instrumentos sectoriais, seria os programas transversais de temas sustentáveis, como a inovação ou a internacionalização. Recorde-se que em termos de modelos a seguir, em relação à Cultura, Portugal tem duas experiências distintas: um sub-programa e um programa autónomo. A experiência diz que um programa autónomo garante um volume de verbas maior.

Respondendo a um dos desafios deste trabalho, gostaríamos de propor algumas linhas de discussão para a abordagem da utilização dos fundos comunitários para a Cultura integrados no QCA IV.

Como já vimos, os nossos museus, sobretudo os municipais, souberam aproveitar a diversificação de destinatários a que o POC foi levado, precisamente pela existência de projectos de qualidade e pela ausência de capacidade física e financeira do IPM. Ora, esta diversidade deve ser ainda mais estimulada, uma vez que a capacidade de execução não só de autarquias como de outras tutelas se revelou capaz, apesar da dificuldade em organizar as candidaturas. Porque não a apostar nos privados? A diversidade de projectos e tutelas pode enriquecer o panorama museológico nacional, quer em termos de tipologias, quer em termos de localização geográfica, concorrendo desta forma para os objectivos da coesão e convergência e do acesso aos bens culturais/criação de novos públicos.

Para este efeito, revela-se como fundamental uma política de concretização da RPM com efectiva partilha, apostando nas parcerias e evitando sobreposições, aliada a uma visão estratégica da realidade museológica nacional que terá de passar, necessariamente, pela reorganização dos museus do Estado, pelo repensar do papel que desempenham os museus do IPM no contexto português e pelo pragmatismo e coragem de apostar e reforçar o que vale a pena, fechar o que não tem razão de existir e criar o que faz falta. Só desta forma se conseguirá canalizar os recursos para os projectos prioritários que se integram numa estratégia nacional, conjugando verbas próprias com fundos comunitários em serviço público, independentemente das tutelas de origem.

Assim, uma das principais conclusões a reter do desenrolar do POC incluído no QCA III é a necessidade de repensar o papel da instituição museológica dependente do Estado, por este se revelar uma tutela incapaz. Um novo POC só terá razão de existir se o Estado português e o MC souberem reorganizar-se no sentido de utilizar os fundos do FEDER de forma complementar e estratégica; como complemento do investimento nacional implementado de forma a contribuir para a construção de um país mais equilibrado e justo.

Nesse sentido, julgamos que a RPM deve assumir um papel crucial na definição e implementação de uma nova realidade museológica e, consequentemente, na utilização dos fundos nacionais e comunitários, ou outros à disposição do sector. Para esse efeito, defendemos a criação de um novo conceito a complementar o da RPM. Trata-se da Teia dos Museus Portugueses a formar por todas as instituições cadastradas pelo IPM, cerca de 900. Estas entidades espalhadas por todo o país, de tutelas diversificadas, reflectem verdadeiramente, para o bem e para o mal, o que somos museologicamente como sociedade. Num contexto de POC como o que assistimos, esta realidade de tutelas não

estatais não teve correspondência em termos de execução financeira do Programa. Acreditamos, por isso, que a noção de Teia, um primeiro nível de empenho que o facto de se querer chamar museu permitirá, poderá dar a esses espaços um acesso a informação e a troca de experiências, sem com isso implicar compromissos de exclusão do contexto oficial que a RPM em si acarreta para quem não cumpre os requisitos definidos. Um museu ou espaço de Cultura está na Teia mas não faz, por isso, necessariamente parte da Rede, nem terá de o fazer. Este regime de comunicação, chamemos-lhe desta forma, que apelidámos de Teia abrirá a possibilidade de aproximar um novo campo de desafios à estratégia que a Rede e o IPM, com os museus acreditados, estabelecerão. Permitirá, por isso, encarar os próximos fundos de apoio comunitário como complementares ao desenvolvimento dos projectos considerados importantes ao nível da Teia que cobre todo o país, do investimento no interior, no apoio a pequenos projectos que fixem populações, à criação de emprego, no fundo, contribuindo para a coesão do país, factor que continua a ser fundamental na lógica de atribuição dos fundos da UE, mas que ao terminar o primeiro POC acaba por não ter tradução visível. Esta Teia possibilitará identificar necessidades, pontos fracos e fortes das instituições espalhadas pelas diferentes realidades do país, de forma a disponibilizar essa informação, a troca de experiências, criando sinergias, complementariedades de trabalho e partilhas. Permitirá, criar, por exemplo, uma Agenda Nacional de Acontecimentos para os quais é preciso determinado apoio, ou, na perspectiva a jusante, um completo rol de iniciativas que desta forma podem encontrar uma visibilidade e uma divulgação geral, porque vindas de todos a todos podendo chegar. O POC cobriria um leque de necessidades maior, não privilegiaria tutelas estatais e apoiaria projectos

pulverizados, por ventura de menor dimensão, mas de interesse relevante para a construção de uma visão integrada do todo nacional.

Qualquer que seja o caminho, é fundamental criar indicadores estatísticos de obtenção de resultados e monitorização fácil que permitam avaliar os vários domínios de intervenção. Só desta forma, e a partir da caracterização das situações iniciais, se conseguirá a perfeita identificação de pontos fortes e fraquezas, a definição de metas e prioridades, assim como a demonstração das potencialidades da Cultura e da sua importância nos outros sectores de actividade. Se no QCA I e QCA II os programas regionais não avaliaram o seu impacto e a sua conjugação com os programas operacionais, no QCA III os indicadores, objectivos e estudos de avaliação, apesar de definidos, debatem-se ainda com as dificuldades inerentes à inexistência de estatísticas oficiais credíveis e estudos sobre a realidade cultural.

Uma área em que é necessário apostar de forma concreta é a criação de emprego especializado. O que até agora tem falhado na área dos museus. É fundamental que o apoio já materializado seja acompanhado de recursos humanos que produzam melhorias quantitativas e qualitativas no sector, dado que concorrem para a própria sustentabilidade dos projectos e para a rentabilidade dos apoios concedidos. Ou seja, é preciso potenciar a Cultura valorizando as ligações às actividades económicas (turismo, indústrias do lazer), à Educação (extensões educativas) e à formação (melhoria dos padrões de exigência da procura e da qualificação técnica dos profissionais) e à sociedade do conhecimento e da informação, aspecto que politicamente o XVII Governo Constitucional assumiu como prioritário.

Teria sido vantajoso que o POC tivesse fomentado parcerias público/privadas para conseguir uma taxa de utilização dos financiamentos mais racional e eficaz. Há algumas

resistências dos responsáveis e de quem está no terreno. Apesar de ser um programa comunitário que respeita regras impostas pela Comissão Europeia, o POC foi aplicado numa realidade burocrática que o sobrepõe. Como instrumento financeiro que é não escapa a uma lógica de funcionamento nacional que infelizmente não se coaduna com o rigoroso cumprimento das regras, o respeito pelos prazos, a agilidade de procedimentos.

Apesar de públicas, instituições relevantes como por exemplo a DGEMN, sem autonomia financeira nem administrativa, possuem uma enorme capacidade de execução, pelo que não devem ficar de parte de um novo instrumento financeiro de apoio à área da Cultura. Mais uma vez, aqui, os museus conseguiram quebrar as barreiras de anos de prática institucional burocrática ao recorrer àquela direcção-geral para lançar os concursos do QCA III, mesmo que dessa forma não pensasse quem detinha os destinos do IPPAR. Num país de escassos recursos humanos e financeiros é nesse sentido de aprofundar parcerias que temos de caminhar.

A realidade nacional filtra a implementação de programas provocando, no limite, a perda de verbas pela incapacidade de aproveitar todos os fundos disponíveis, num sector que tanto deles necessita para se modernizar.

Independentemente de todos os condicionalismos, o pacote financeiro do FEDER disponível para os nossos museus permitiu uma melhoria geral da realidade nacional, não só a nível de infra-estruturas e de serviços em instituições existentes, mas também na criação de alguns projectos inovadores e descentralizados, como sejam o caso dos museus da Indústria da Chapelaria (S. João da Madeira), Municipal de Ferreira do Alentejo, do Papel Terras de Santa Maria (Santa Maria da Feira), da Fotografia (Elvas) e do Neo-Realismo (Vila Franca de Xira).

Quanto a nós, por tudo o que ficou escrito ao longo das páginas deste trabalho, consideramos a modernização e dinamização dos nossos museus uma tarefa iniciada mas não concluída. Com financiamentos comunitários, que abriram uma linha de rumo nos últimos anos, ou investimentos nacionais, a definição de prioridades pelo poder político não deixando de ser importante não se sobrepõe ao pragmatismo dos privados e da sociedade civil, dos quais dependerá efectivamente a iniciativa da qualificação da realidade museológica nacional e a sua tradução na vida dos cidadãos.

A existir, um novo POC não poderá deixar de continuar a considerar a área museológica como prioritária. O que não significa, necessariamente, uma boa notícia. As linhas traçadas pelo PDR e vertidas no POC, como sabemos, a valorização dos recursos humanos, a modernização do tecido produtivo e a melhoria das infra-estruturas, continuam por cumprir e apenas se pode considerar esta última como parcialmente visível.

Inegavelmente, com o apoio do POC muito trabalho foi feito. Alguns museus contribuíram, desta forma, para a melhoria das infra-estruturas e da oferta cultural do país. Contudo, a modernização e dinamização dos nossos museus só será uma realidade se for contínua, repensada e direcionada para aquilo que queremos que seja o futuro.

5 – Bibliografia

Documentos publicados do Programa Operacional da Cultura

AA.VV (s/data). *Brochura de Apresentação do Programa Operacional da Cultura.*

Ministério da Cultura

AA.VV (s/data). *Brochura-resumo de Apresentação do Programa Operacional da Cultura.* Ministério da Cultura

AA.VV, (2001). *Reprogramação Financeira e de Conteúdo do Programa Operacional da Cultura.* Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2002). *Relatório Anual de Execução do Programa Operacional da Cultura 2001.* Lisboa. Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2002, Junho). *Criar Cultura nº 1.* Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2002, Novembro). *Criar Cultura nº 2.* Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2003). *Relatório Anual de Execução do Programa Operacional da Cultura 2002.* Lisboa. Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2003). *Relatório da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura.* Programa Operacional da Cultura.

AA.VV, (2003, Junho). *Criar Cultura nº 3.* Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2003, Dezembro). *Criar Cultura nº 4.* Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2004). *Relatório Anual de Execução do Programa Operacional da Cultura 2003.* Lisboa. Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2004, Junho). *Criar Cultura nº 5.* Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2004, Dezembro). *Criar Cultura nº 6.* Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2005). *Complemento de Programação.* Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2005). *Manual de Procedimentos do Utilizador.* Programa Operacional da Cultura

Documentos do arquivo do Ministério da Cultura

AA.VV, (s/data). *Relatório Final de Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura.* Parecer do Grupo Técnico de Avaliação.

AA.VV, (1999). *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006.* Contributo Sectorial do Ministério da Cultura.

AA.VV. (2000). *Redes de Cultura* (Documento de trabalho). Programa Operacional da Cultura

AA.VV, (2004). *Contributo para a elaboração das grandes opções de política económica e social para 2005.*

Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores (1999). *Avaliação ex-ante do Programa Operacional da Cultura - Relatório final*

ALMEIDA SERRA, J. A., Simões Lopes, Álvaro Martins, F. Sousa Soares e J. Joanaz de Melo (1999). *Parecer sobre o Plano de Desenvolvimento Regional.* Conselho Económico e Social.

Outros documentos

AA.VV, (2001). *Rede Portuguesa de Museus Linhas Programáticas.* Lisboa. Instituto Português de Museus

AA.VV, (2003). *Programa Operacional da Cultura.* Directório da União Europeia nº 4

AA.VV, (2004). *Quadro Comunitário de Apoio III. Portugal. 2000-2006 Revisão Intercalar 2004.* Lisboa. Comissão de Gestão do QCA III da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

AA.VV, (2004). Boletim trimestral da Rede Portuguesa de Museus nº 12

IPM (2005). Estatística do Número de Visitantes dos Museus Nacionais. Retirado em 21 de Fevereiro de 2005 da World Wide Web: www.ipmuseus.pt

PHILIPPOPOULOU-MICHAILIDOU, E. (2004, 30 de Março). The experience of Greece in structural funds management. Comunicação apresentada no «Colóquio Avaliação e Perspectivas Futuras», Centro Cultural de Belém, Lisboa, Portugal

Imprensa

AA.VV, (2000, 16 de Maio). Carrilho defende diversidade europeia. A Capital

AA.VV, (2000, 21 de Junho). *Portugal vai receber 72 milhões de contos da União Europeia até 2006.* Público

AA.VV, (2000, 22 de Junho). *Mais de 70 milhões para a cultura até 2006.* Diário de Notícias

AA.VV, (2000, 23 de Junho). *Cultura consegue 72 milhões de contos da União Europeia.* Correio da Manhã

AA.VV, (2000, 24 de Junho). *Programa Operacional da Cultura.* Expresso

AA.VV, (2000, 28 de Junho). *Consolidar e fixar novas metas.* Jornal de Letras

AA.VV, (2000, 22 de Julho). *PSD quer que Guterres explique «descalabro» de Carrilho.* Público

AA.VV, (2001, 31 de Março). *A cultura em espectáculo.* O Primeiro de Janeiro

- AA.VV, (2001, 8 de Abril). *Ministro da Cultura elogia parcerias entre Estado e Igreja.* Correio da Manhã
- AA.VV, (2001, 8 de Abril). *Sasportes aplaude parcerias entre Estado e Igreja.* Público
- AA.VV, (2001, 19 de Abril). *Debater o estado das artes.* Jornal de Notícias
- AA.VV, (2001, 19 de Abril). *Estado e Cultura em discussão no CCB.* Correio da Manhã
- AA.VV, (2001, 19 de Abril). *O estado das artes em análise no CCB.* Diário de Notícias
- AA.VV, (2001, 20 de Abril). «*O Estado das Artes*» em debate. O Primeiro de Janeiro
- AA.VV, (2001, 22 de Abril). *Sasportes e a «dramatização artificial».* O Comércio do Porto
- AA.VV, (2001, 1 de Agosto). *Formação de públicos e geração de recursos.* O Comércio do Porto
- AA.VV, (2001, 1 de Agosto). *Ministro da Cultura anuncia prioridades.* 24 Horas
- AA.VV, (2001, 1 de Agosto). *Santos Silva Apresenta Linhas Gerais da Cultura.* Correio da Manhã
- AA.VV, (2001, 8 de Agosto). *Ministro apresenta planos para a Cultura.* Jornal de Letras
- AA.VV, (2001, 15 de Agosto). *António Mendes Baptista é o novo gestor do POC.* Público
- AA.VV, (2001, 15 de Agosto). *Livros e leitura na mira do POC.* O Comércio do Porto
- AA.VV, (2001, 15 de Agosto). *Plano operacional chega aos arquivos.* Diário de Notícias
- AA.VV, (2001, 15 de Agosto). *POC pode alargar acção a Bibliotecas e Arquivos.* Jornal de Notícias

AA.VV, (2001, 15 de Agosto). *POC tem novo gestor e alarga âmbito a bibliotecas e arquivos.* A Capital

AA.VV, (2001, 15 de Agosto). *Programa Operacional de Cultura com novo gestor.* Correio da Manhã

AA.VV, (2001, 16 de Agosto). *Área arqueológica do Marco requalificada.* O Primeiro de Janeiro

AA.VV, (2001, 16 de Agosto). *POC tem novo gestor e alarga acção a Bibliotecas e Arquivos.* Diário Económico

AA.VV, (2001, 18 de Agosto). *Novo gestor do programa Operacional para a Cultura.* Expresso

AA.VV, (2001, 19 de Agosto). *Rede Nacional de Leitura Pública atinge uma centena de bibliotecas.* Correio da Manhã

AA.VV, (2001, 20 de Agosto). *Museu Municipal inaugurado hoje.* 24 Horas

AA.VV, (2001, 20 de Agosto). *POC contempla com 270 mil contos projectos culturais a Sul.* Diário Económico

AA.VV, (2001, 21 de Agosto). *Cultura apoiada no Sul.* 24 Horas

AA.VV, (2001, 21 de Agosto). *Luz verde ao Museu de Portimão.* O Primeiro de Janeiro

AA.VV, (2001, 21 de Agosto). *Programa da Cultura aplicado na região sul.* Jornal de Notícias

AA.VV, (2001, 21 de Agosto). *Projectos Culturais Avançam no Sul.* Correio da Manhã

AA.VV, (2001, 21 de Agosto). *Sul cultural.* O Comércio do Porto

AA.VV, (2001, 25 de Agosto). *Projectos Culturais a Sul.* Expresso

AA.VV, (2001, 10 de Outubro). *Teatro e biblioteca financiados pela UE.* O Primeiro de Janeiro

AA.VV, (2001, 18 de Outubro). IPPAR vai recuperar monumentos. O Dia

AA.VV, (2001, 14 de Novembro). Museu do Vale do Côa nascerá em 2003. A Capital

AA.VV, (2001, 25 de Dezembro). Coimbra capital da Cultura arranca com teatro e ciência. O Comércio do Porto

AA.VV, (2001, 28 de Dezembro). Política cultural suspensa. O Primeiro de Janeiro

AA.VV, (2002, 21 de Janeiro). Ministério apoia Teatro de Vila Real. O Comércio do Porto

AA.VV, (2002, 21 de Janeiro). Nove milhões para novo teatro. Jornal de Notícias

AA.VV, (2002, 24 de Janeiro de 2002). Ministério quer Portugal Global a divulgar cultura. Diário Económico

AA.VV, (2002, 21 de Fevereiro). Ministro define regras para capitais nacionais da cultura. A Capital

AA.VV, (2002, 20 de Março). Capital Nacional da Cultura 2003 impulsiona recuperação da cidade. A Capital

AA.VV, (2002, 29 de Março). Valorizar a conservação e o restauro do património arquitectónico. Jornal de Notícias

AA.VV, (2002, 9 de Novembro). Capital Cultural em 2005. Jornal de Notícias

AA.VV, (2002, 9 de Novembro). Faro, capital cultural adiada. Diário de Notícias

AA.VV, (2002, 9 de Novembro). Pedro Roseta diz que Faro só será Capital da Cultura em 2005. O Comércio do Porto

AA.VV, (2003, 1 de Março). Novo teatro municipal estará pronto em Setembro. Jornal de Notícias

AA.VV, (2003, 3 de Março). Pedro Roseta inaugura hoje Arquivo Municipal pioneiro. O Comércio do Porto

AA.VV, (2003, 21 de Março). *Festa da Música tem futuro comprometido.* Correio da Manhã

AA.VV, (2003, 24 de Abril). *Cultura dobra taxa de execução financeira.* Jornal de Notícias

AA.VV, (2003, 24 de Abril). *Execução financeira do POC duplicou.* Diário Económico

AA.VV, (2003, 24 de Abril). *Investimentos do POC duplicam.* A Capital

AA.VV, (2003, 24 de Abril). *Programa Operacional de Cultura duplicou execução.* O Comércio do Porto

AA.VV, (2003, 2 de Maio). *Museu do Côa à espera do Ministério das Finanças.* Jornal de Notícias

AA.VV, (2003, 17 de Setembro). *Experimenta Design arranca hoje envolta em polémica.* O Comércio do Porto

AA.VV, (2003, 7 de Outubro). *Percursos para (re)descobrir Évora.* Correio da Manhã

AA.VV, (2003, 20 de Outubro). *Cine-Teatro em obras em 2004.* O Dia

AA.VV, (2003, 20 de Novembro). *Faro é a principal candidata para suceder a Coimbra 2003.* O Comércio do Porto

AA.VV, (2004, 16 de Janeiro). *POC volta a aceitar candidaturas a partir do próximo mês de Março.* O Comércio do Porto

AA.VV, (2004, 22 de Janeiro). *Cultura terá mais fundos comunitários.* Jornal de Notícias

AA.VV, (2004, 23 de Janeiro). *Programa Operacional de Cultura cresceu 50% na taxa de execução.* O Comércio do Porto

- AA.VV, (2004, 24 de Janeiro). *Execução do POC permite concorrer a novos fundos.* Expresso
- AA.VV, (2004, 24 de Janeiro). *POC pode ter mais dinheiro.* Público
- AA.VV, (2004, 19 de Março). *Durão Barroso inaugura hoje teatro de Vila Real.* Diário de Notícias
- AA.VV, (2004, 31 de Março). *Cultura reforçada com 11,8 milhões.* Jornal de Notícias
- AA.VV, (2004, 31 de Março). *POC com mais 11,8 milhões de euros.* Diário de Notícias
- AA.VV, (2004, 31 de Março). *POC Com Mais 11,8 Milhões de Euros.* Público
- AA.VV, (2004, 17 de Maio). *Durão vai ao museu.* 24 Horas
- AA.VV, (2004, 18 de Maio). *Durão inaugura Museu Grão Vasco.* O Comércio do Porto
- AA.VV, (2004, 18 de Maio). *Durão visitou Grão-Vasco e Mosteiro de Santa Clara.* O Comércio do Porto
- AA.VV, (2004, 18 de Maio). *Museus em festa.* Público
- AA.VV, (2005, 6 de Janeiro). *Edilidade reclama subsídio à cultura.* Jornal de Notícias
- AA.VV, (2005, 15 de Fevereiro). *Teatro de Vila Real é campeão de bilheteira.* Jornal de Notícias
- ALEXANDRA, N. (2001, 6 de Janeiro). *Apoio às obras culturais.* Expresso
- ALEXANDRA, N. (2002, 13 de Julho). *A casa da arqueologia.* Expresso
- ALEXANDRA, N. (2003, 3 de Maio). *Crescimento relativo.* Expresso
- ANDRADE, J. (2001, 20 de Abril). *Cultura deve aliar-se à educação.* Diário Económico
- AVÓ, C. (2004, 15 de Maio). *Grão Vasco, por fim.* Expresso

- BALDAQUE, A. (2004, 18 de Maio).** *Grão Vasco reabre em data simbólica.* A Capital
- CAETANO, M. J. (2001, 22 de Abril).** *Sasportes denuncia calúnias e ataque pessoal.* Diário de Notícias
- CAETANO, M. J. (2002, 11 de Abril).** *Fim-de-semana em festa.* Diário de Notícias
- CANELAS, L. (2001, 20 de Abril).** «*A verba da Cultura é irrelevante do ponto de vista orçamental.*» Público
- CANELAS, L. (2002, 4 de Abril).** *Rede de teatros concluída no final de 2003.* Público
- CANELAS, L. (2004, 21 de Março).** *Convento de Jesus. O regresso a Setúbal.* Público
- CASTRO, S. (2003, 24 de Maio).** *Museu da Imprensa ultima candidatura ao POC para novas instalações.* O Comércio do Porto
- COELHO, A. L. (2001, 1 de Agosto).** *Ministro defende diálogo e desvaloriza cortes orçamentais.* Público
- COELHO, A. L. (2003, 24 de Abril).** *Ministério acelera aplicação das verbas do POC.* Público
cultura. Diário Económico
- COELHO, A. L., Isabel Salema e José Manuel Fernandes, (2000, 17 de Julho).**
Gostaria que um dia a cultura portuguesa vivesse sem o Estado. Público
- COELHO, A. L., Joana Gorjão Henriques, Lucinda Canelas e Vanessa Rato. (2001, 19 de Abril).** *O Incerto Estado das Artes.* Público
- DUARTE, A. (2004, 13 de Março).** *Abertura do Teatro de Vila Real sob o signo da ópera «Cármén».* O Comércio do Porto
- DUARTE, A. (2004, 21 de Março).** *Durão vê com bons olhos candidatura de Vila Real a Capital Nacional da Cultura.* O Comércio do Porto

- FLORA, C. (2000, 23 de Junho).** *72 milhões para a cultura.* Semanário
- FONSECA, J. (2002, 21 de Fevereiro).** *Projecto será financiado em tempo útil.* Diário de Notícias
- FONSECA, J. (2002, 9 de Julho).** *O maior projecto do ministério.* Diário de Notícias
- FRANÇA, E. (2001, 1 de Agosto).** *As iniciativas da continuidade.* Diário de Notícias
- GARCIAS, P. (2001, 13 de Novembro).** *Governo anuncia amanhã construção do Museu do Côa.* Público
- GRILLO, J. M. (2002, 14 de Março).** *A causa da cultura.* Visão
- GUEDES, C. (2000, 21 de Julho).** *Porque ergo a minha taça ao fim do jadnovismo de Carrilho.* Público
- GUSMÃO, D. (2004, 18 de Maio).** *Um dia só para os museus.* Correio da Manhã
- HENRIQUES, J. G. (2002, 4 de Abril).** *Faltam espaços, programação para os jovens e propostas alternativas.* Público
- JARDIM, A. J. (2002, 30 de Março).** *Urgente uma nova política de Cultura.* O Primeiro de Janeiro
- LEME, C.C. (2000, 22 de Junho).** *Milhões para a cultura.* Público
- MACHADO, V. (2001, 7 de Janeiro).** *Governo não apoia Cultura em Cascais.* Jornal de Notícias
- MARTINHEIRA, P. (2002, 11 de Março).** *Faro sem verba para teatro municipal.* Diário de Notícias
- MOURA, V. G. (2001, 17 de Outubro).** *Cultura: da indiferença às prioridades.* Diário de Notícias
- MOURA, V. G. (2001, 12 de Dezembro).** *O POC: da operacionalidade à ficção.* Diário de Notícias

- MOURA, V. G. (2001, 28 de Dezembro).** *Cultura-2000: um balanço interrogado.* O Independente
- MOURA, V. G. (2002, 27 de Março).** *Cultura: incúria e penúria.* Visão
- NERY, R. V. (2000, 18 de Julho).** *Os mitos da cultura.* Diário de Notícias
- NERY, R. V. (2000, 19 de Julho).** *Os mitos da cultura.* Diário de Notícias
- OLIVEIRA, L. (2004, 17 de Maio).** *Grão Vasco volta a ter casa.* Correio da Manhã
- OLIVEIRA, L. (2004, 18 de Maio).** *Durão paga promessa em Viseu.* Correio da Manhã
- OLIVEIRA, M. J. (2002, 4 de Abril).** «*Vamos assumir Viseu como uma cidade a sério».* Público
- PATRAQUIM, L. (2001, 28 de Dezembro).** *Cultura só para alguns.* Semanário
- PEREIRA, A. C. (2002, 5 de Julho).** *Onze Sés Portuguesas em Recuperação.* Público
- PEREIRA, I. T. (2001, 31 de Agosto).** *Secretário de Estado com futuro garantido.* O Independente
- PINHEIRO, S. (2003, 7 de Outubro).** *Museu de Cultura Castreja abre portas em Novembro.* O Comércio do Porto
- PISSARRA, G. (2000, 22 de Junho).** *Programa Operacional para a Cultura.* A Capital
- POMAR, A. e Cristina Margato. (2001, 8 de Setembro).** *Menos Recursos Mais Argumentos.* Expresso
- PONTAS, M. (2000, 20 de Julho).** *Embuste, obras e subsídios.* Diário de Notícias
- QUEIROZ, I. (2001, 1 de Agosto).** *Ministério prossegue negociações com Maria de Medeiros para a direcção do D. Maria II.* Diário Económico

- RAMOS, F. (2001, 19 de Outubro).** *Como promover e valorizar os museus.* O Primeiro de Janeiro
- RAMOS, F. (2003, 13 de Maio).** *Neiva pode ser incluído no POC.* O Primeiro de Janeiro
- RATO, V. (2002, 4 de Abril).** *Em fase de criação de uma massa crítica.* Público
- SALEMA, I. (2004, 17 de Maio).** «*O museu é um primo da pousada de Bouro.*» Público
- SARMENTO, A. (2002, 21 de Fevereiro).** *Capital da cultura acerta agulhas.* Jornal de Notícias
- SEABRA, A. M. (2000, 2 de Julho).** *O discurso cultural do primeiro-ministro.* Público
- SILVA, A. S. (2002, 2 de Abril).** *O programa operacional e a política cultural.* Público
- TALIXA, J. (2000, 24 de Julho).** *Abaixo-assinado pela recuperação de forte das Linhas de Torres.* Público
- VALENTE, V. P. (2001, 22 de Abril).** *A cultura.* Diário de Notícias
- VASCONCELOS, G. (2001, 1 de Agosto).** *Monumentos estarão recuperados até 2006.* O Primeiro de Janeiro
- VASCONCELOS, J. C. de, (2000, 28 de Junho).** *A política da Cultura.* Jornal de Letras
- VIEIRA, A. (2002, 21 de Fevereiro).** *Santos Silva fixa «regra» à Capital Nacional da Cultura.* Público
- VIEIRA, A. (2005, 10 de Janeiro).** *Financiamento do Teatro Gil Vicente Abre Polémica.* Público

VITÓRIA, A. (2001, 1 de Agosto). *Diversificar recursos e criar novos públicos.* Jornal de Notícias

VITORINO, M. (2002, 5 de Julho). *IPPAR recupera sés.* Jornal de Notícias

6 - Anexos

Anexo I – Listagem de projectos aprovados na medida 1.2

PROJECTO	DESIGNAÇÃO	EXECUTOR	LOCALIZAÇÃO	DATA DE CANDIDATURA	UNIDADE DE GESTÃO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	CUSTO TOTAL	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (1)	TAXA	INVESTIMENTO	
										COMPARTICIPAÇÃO FEDER (2)	
Remodelação e Ampliação do Museu Grão Vasco		IPM	Viseu	11-10-2000	3 ^a	21-01-2001	7.284.105,95	7.284.105,95	75%	5.463.079,46	251.442,62
Museu Arte Popular - Requalificação do Museu - 1 ^a Fase		IPM	Lisboa	16-10-2000	2 ^a	08-11-2000	405.552,62	405.552,62	62%	346.018,89	346.018,89
Valorização e Remodelação do Museu Nacional do Azulejo - 1 ^a Fase		IPM	Lisboa	11-10-2000	3 ^a	21-01-2001	558.094,99	558.094,99	62%	732.509,88	732.509,88
Remodelação e Ampliação do Museu Nacional Machado de Castro - 1 ^a Fase		IPM	Coimbra	12-10-2000	4 ^a	13-03-2001	1.009.187,45	976.679,84	75%	654.129,35	654.129,35
Instalação da Sede do Museu Municipal de Vila Franca de Xira	CM Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	17-10-2000	4 ^a	13-03-2001	1.055.047,34	1.055.047,34	62%	293.009,55	293.009,55
Museu Nacional de Arqueologia - Requalificação da Galeria Principal de Exposições	IPM	Lisboa	Lisboa	26-10-2000	3 ^a	21-01-2001	472.596,04	472.596,04	62%		
Museu da Indústria da Chapelaria	CM São João da Madeira	São João da Madeira	São João da Madeira	26-10-2000	4 ^a	13-03-2001	2.967.530,23	2.967.530,23	75%	2.225.647,67	2.225.647,67
Casa Museu de Camilo	CM Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	04-02-2001	10 ^a	13-03-2002	4.050.241,19	3.828.853,39	50%	1.914.426,70	1.914.426,70
Museu da Cultura Castroreja	Sociedade Martins Sarmento	Guimarães	Guimarães	19-12-2001	9 ^a	06-02-2002	1.190.656,75	1.011.088,75	75%	758.316,56	758.316,56
Museu do Design e Centro de Exposições	Centro Cultural de Belém	Lisboa	Lisboa	06-11-2000	4 ^a	13-03-2001	1.527.189,47	1.527.189,47	62%	946.857,47	946.857,47
Reestruturação e Ampliação da Casa de S. Sebastião para Instalação do Museu Municipal	CM Villa do Conde	Vila do Conde	Vila do Conde	26-02-2002	10 ^a	13-03-2002	5.337.760,00	5.337.760,00	50%	2.668.880,00	2.668.880,00
Museu da Guarda - Remodelação das Coberturas e Limpeza de Fachadas	IPM	Guarda	Guarda	15-02-2002	10 ^a	13-03-2002	420.521,85	420.521,85	75%	315.391,39	315.391,39
Adaptação para Museu Municipal do Imóvel Anexo à Casa da Cultura - Arranjos Exteriores e Equipamentos	CM Cantanhede	Cantanhede	Cantanhede	11-10-2001	9 ^a	06-02-2002	144.661,21	144.661,21	75%	108.495,91	108.495,91
Museu de Arte Popular - Requalificação (2 ^a Fase)	IPM	Lisboa	Lisboa	18-10-2001	8 ^a	29-11-2001	777.971,09	777.971,09	62%	482.342,08	482.342,08
Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa - Arranjos Exteriores	IPM	Braga	Braga	07-11-2001	9 ^a	06-02-2002	2.075.991,65	2.075.991,65	75%	1.556.993,74	1.556.993,74
Obras de Recuperação do Edifício da Alfândega - 3 ^a Fase	Assoc. Museu dos Transportes e Comunicações	Porto	Porto	06-11-2000	4 ^a	13-03-2001	133.220,27	133.220,27	75%	99.915,20	99.915,20
DINACARMO - Remodelação e Dinamização do Museu Arqueológico do Carmo	Associação dos Arqueólogos Portugueses	Lisboa	Lisboa	26-02-2001	5 ^a	20-04-2001	801.305,55	749.325,06	62%	464.581,54	464.581,54
Museu de Arte Popular do Fão	CM Espinho	Espinho	Espinho	22-11-2000	4 ^a	13-03-2001	658.413,22	658.413,22	75%	493.809,92	493.809,92
Modernização do Museu Calouste Gulbenkian	Fundaçao Calouste Gulbenkian	Lisboa	Lisboa	29-12-2000	5 ^a	20-04-2001	5.099.365,53	3.939.294,03	50%	1.969.647,02	1.969.647,02
Museu de Fotografia	CM Elvas	Elvas	Elvas	27-03-2001	5 ^a	20-04-2001	2.338.099,02	2.294.247,77	75%	1.720.685,83	1.720.685,83
Museu Nacional Soares dos Reis	Porto 2001, SA	Porto	Porto	29-12-2000	4 ^a	13-03-2001	7.629.819,70	7.525.918,07	75%	5.644.453,55	5.644.453,55
Museu Municipal de Portimão - 1 ^a Fase	CM Portimão	Portimão	Portimão	06-04-2001	6 ^a	12-07-2001	484.020,20	483.737,78	75%	362.803,34	362.803,34
Museus Arquidiocesanos Pto XII e Medina	Instituto de História e Arte Cristã	Braga	Braga	08-03-2001	6 ^a	12-07-2001	2.474.927,21	2.474.927,21	75%	1.856.195,41	1.856.195,41
Ecomuseu Municipal de Seixal - 1 ^a Fase: Moinho de Mare de Corroios	CM Seixal	Seixal	Seixal	31-07-2001	8 ^a	29-11-2001	1.197.114,96	1.197.114,96	50%	598.557,48	598.557,48
Conservação e Restauro do Património de Abel Salazar - 1 ^a Fase	Assoc. Divulgadora da Casa Museu Abel Salazar	Matosinhos	Matosinhos	10-08-2001	9 ^a	06-02-2002	284.180,55	284.180,55	44%	125.039,44	125.039,44
Museu Municipal de Ferreira do Alentejo - Instalação do Núcleo Sede	CM Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo	26-11-2001	10 ^a	13-03-2002	884.676,44	733.956,16	50%	366.978,08	366.978,08
Tesouro Museu da Catedral de Braga - Núcleo do Sino	Cabido Metropolitano Primacial de Braga	Braga	Braga	19-03-2002	12 ^a	11-11-2002	2.587.774,00	2.587.687,00	50%	1.293.843,50	1.293.843,50
Adaptação da Ex-Cadeia a Museu Municipal (Resende)	CM Resende	Resende	Resende	16-07-2002	12 ^a	11-11-2002	1.145.930,00	1.145.930,00	50%	572.965,00	572.965,00
Museu Abade de Baçal - Remodelação e Ampliação do Museu - 3 ^a Fase (Conclusão)	IPM	Bragança	Bragança	05-09-2002	12 ^a	11-11-2002	1.548.376,38	1.548.376,38	75%	1.161.282,29	1.161.282,29
(Museu de Arte Popular - Recuperação e Qualificação do Museu - 3 ^a Fase	IPM	Lisboa	Lisboa	26-09-2002	12 ^a	11-11-2002	2.889.000,00	2.889.000,00	50%	1.444.500,00	1.444.500,00

DESIGNAÇÃO	PROJECTO	INVESTIMENTO							
		EXECUTOR	LOCALIZAÇÃO	DATA DE CANDIDATURA	UNIDADE DE GESTÃO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	CUSTO TOTAL	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (1)	TAXA FEDER (2)
Recuperação e Adaptação do Antigo Hospital à Museu de Arte Contemporânea - 1ª Fase (Elvas)	CM Elvas	CM Santa Maria da Feira	Elvas	25-07-2002	12 ^a	27-12-2002	932.282,87	928.150,29	75%
Museu do Papel Terras de Santa Maria	CM Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	04-07-2001	13 ^a	21-03-2003	1.015.846,44	1.012.460,29	50%
Museu Convento dos Lóios	IPM	Castelo Branco	Castelo Branco	14-12-2001	13 ^a	21-03-2003	1.455.813,00	1.450.399,99	50%
Museu Francisco Tavares Proença Júnior - Recuperação das Coberturas	IPM	Guimarães	Guimarães	28-11-2002	13 ^a	21-03-2003	165.531,05	165.463,98	50%
Museu Alberto Sampaio - Remodelação	IPM	Ponte de Lima	Ponte de Lima	29-11-2002	13 ^a	21-03-2003	1.339.127,89	1.339.127,89	50%
Reactivação do Museu dos Terceiros (Ponte de Lima)	CM Ponte de Lima	Penafiel	Penafiel	14-01-2003	15 ^a	15-03-2003	2.212.584,40	2.199.084,02	50%
Execução do Museu Municipal de Penafiel	CM Penafiel	Portimão	Portimão	16-05-2002	15 ^a	15-07-2003	4.372.050,00	4.222.050,00	50%
Museu Municipal de Portimão - 2 ^a Fase	CM Portimão	Lisboa	Lisboa	27-03-2002	24 ^a	26-11-2004	9.438.928,70	9.378.453,85	50%
Laboratório Químico da Escola Politécnica (Museu da Ciência)	Universidade de Lisboa	Coimbra	Coimbra	09-02-2001	25 ^a	30-12-2004	751.153,48	746.631,48	50%
Remodelação do Laboratório Químico - Criação do Museu das Ciências	Universidade de Coimbra	Coimbra	Coimbra	27-05-2004	25 ^a	30-12-2004	3.615.323,46	2.857.480,46	50%
Museu e Ruínas de Conimbriga - Obras de Conservação e Valorização das Ruínas	IPM	Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	25-10-2004	25 ^a	30-12-2004	974.560,15	974.312,75	50%
Museu do Neo-Realismo	Município de Vila Franca de Xira	Braga	Braga	13-12-2004	26 ^a	21-02-2005	3.746.859,90	3.360.000,00	50%
Museu D. Diogo de Sousa - Obras de Remodelação	IPM			25-01-2005	27 ^a	03-03-2005	1.568.378,38	1.428.282,66	50%
<i>Ação 1 - Obras de Construção, Recuperação e Valorização dos Museus</i>					43	91.117.462,07	87.550.890,54	52.155.785,30	

PROJECTO						INVESTIMENTO		
DESIGNAÇÃO	EXECUTOR	LOCALIZAÇÃO	DATA DE CANDIDATURA	UNIDADE DE GESTÃO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	CUSTO TOTAL	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (1)	TAXA COMPARTICIPAÇÃO FEDER (2)
Remodelação das Oficinas do IPCR	IPCR	Lisboa	03-10-2001	8º	29-11-2001	517.458,29	500.282,75	62%
Acção 2 -Oficinas de Conservação e Restauro nos Museus				1		517.458,29	500.282,75	310.175,31

DESIGNAÇÃO	PROJECTO	INVESTIMENTO							
		EXECUTOR	LOCALIZAÇÃO	DATA DE CANDIDATURA	UNIDADE DE GESTÃO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	CUSTO TOTAL	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (1)	TAXA COMPARTICIPAÇÃO FEDER (2)
Museu Nacional do Chiado - Projecto de Extensão Pedagógica e Serviços Educativos	IPM	Lisboa	07-03-2001	5 ^a	20-04-2001	66.666,91	66.666,91	62%	41.333,48
Museu Nacional de Arqueologia - Extensão Pedagógica e Serviços Educativos Multimédia no Museu	IPM	Lisboa	24-05-2001	6 ^a	12-07-2001	977.519,18	977.519,18	62%	606.061,89
Modernização e Dinamização do Centro Português de Fotografia	Fundação Ilídio Pinho	Porto	21-06-2001	6 ^a	12-07-2001	231.543,61	177.077,39	75%	132.808,04
Centro de Documentação e Informação de São Pedro de Rates	Centro Português de Fotografia	Porto	18-10-2001	8 ^a	29-11-2001	127.441,84	127.441,84	75%	95.581,38
Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real - Desenvolvimento do Projecto Educativo	CM Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	12-08-2002	12 ^a	11-11-2002	187.979,00	187.979,00	75%	140.984,25
Oceano Multimédia	CM Vila Real	Vila Real	31-10-2002	13 ^a	21-03-2003	22.608,95	22.392,36	75%	16.794,27
Vilarejos pelo Património Cultural - Projecto de Educação Patrimonial	CM Faro	Faro	30-08-2004	24 ^a	26-11-2004	21.186,76	17.804,00	50%	8.902,00
Museu da Pólvora Negra - Remodelação do Sector Educativo	Município de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	30-08-2004	24 ^a	26-11-2004	356.064,12	305.371,74	50%	152.665,87
Museu da Música - Remodelação e Dinamização do Serviço Educativo	CM Oeiras	Oeiras	30-08-2004	24 ^a	26-11-2004	81.657,39	69.881,00	50%	34.940,50
Museu do Azulejo - As Mãos Vêm e os Olhos Escutam	IPM	Lisboa	30-08-2004	24 ^a	26-11-2004	48.107,46	27.276,51	50%	13.638,26
Museu da Cerâmica - 100 Caminhos até Bordalo	IPM	Lisboa	30-08-2004	24 ^a	26-11-2004	64.380,01	64.380,01	50%	32.190,01
Museu Nacional do Teatro - Actividades Pedagógicas/Serviço Educativo	IPM	Caldas da Rainha	30-08-2004	24 ^a	26-11-2004	41.042,03	40.533,07	50%	20.266,54
Museu José Malhoa - Remodelação e Dinamização do Serviço Educativo	IPM	Lisboa	30-08-2004	24 ^a	26-11-2004	37.427,62	32.981,00	50%	16.490,50
O Despertar do Museu a Novos Públicos	IPM	Caldas da Rainha	30-08-2004	24 ^a	26-11-2004	50.360,35	50.315,13	50%	25.157,57
Sistema de Visitas Auditoguidadas da Fundação de Serralves	Município de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	31-08-2004	24 ^a	26-11-2004	336.947,28	336.409,41	50%	168.204,71
		Fundação de Serralves	01-09-2004	24 ^a	26-11-2004	46.958,00	44.933,68	50%	22.466,84
						16	2.697.948,56	2.548.962,23	1.528.506,11

Acção 3 - Serviços dos Museus: Bibliotecas, Mediatercas, Arquivos Fotográficos, Extensões Educativas

PROJETO							INVESTIMENTO			
DESIGNAÇÃO	EXECUTOR	LOCALIZAÇÃO	DATA DE CANDIDATURA	UNIDADE DE GESTÃO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	CUSTO TOTAL	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (1)	TAXA FEDER (2)	COMPARTICIPAÇÃO FEDER (2)	
Museu Nacional de Arte Antiga	IPM	Lisboa	17-10-2000	2 ^a	08-11-2000	365.229,80	365.229,80	62%	226.442,47	
Museu do Chiado - Exposições Temporárias (1 ^a Fase)	IPM	Lisboa	18-10-2000	2 ^a	08-11-2000	1.490.692,43	1.490.692,43	62%	924.229,31	
Exposições Temporárias (Centro Cultural de Belém)	Centro Cultural de Belém	Lisboa	30-10-2000	5 ^a	20-04-2001	982.382,46	972.406,50	62%	602.892,03	
Museu Nacional de Etnologia - Exposições Permanentes ou Temporárias	IPM	Lisboa	06-11-2000	5 ^a	20-04-2001	1.632.634,18	1.630.000,00	62%	1.010.600,00	
Museu do Caramulo - 1 ^a Candidatura	Fundação Abel de Lacerda	Tondela	24-09-2001	9 ^a	06-02-2002	193.029,80	76.630,32	75%	57.472,74	
Museu da Pedra do Município de Cantanhede - Exposições	CM Cantanhede	Cantanhede	15-11-2001	10 ^a	13-03-2002	114.969,40	112.926,82	50%	56.463,41	
Museu de Évora - Exposições Permanentes e Temporárias	IPM	Évora	08-03-2002	10 ^a	13-03-2002	295.682,34	268.934,60	75%	201.715,95	
Museu Francisco Tavares Proença Júnior - Exposições Permanentes e Temporárias	IPM	Castelo Branco	20-09-2001	9 ^a	06-02-2002	675.756,36	675.530,85	75%	506.663,14	
Programa de Exposições do Museu de Arte Contemporânea Serralves - 2001	IPM	Porto	06-10-2000	3 ^a	21-01-2001	3.324.105,18	1.468.991,62	75%	1.101.743,71	
Exposições Permanentes ou Temporárias da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	IPM	Lisboa	29-12-2000	5 ^a	20-04-2001	314.861,19	314.861,19	62%	195.213,93	
Museu Nacional de Arqueologia - Exposições Permanentes ou Temporárias	IPM	Lisboa	11-06-2001	6 ^a	12-07-2001	1.310.122,85	1.310.122,85	62%	812.276,17	
Reforçar o Norte com Arte e Cultura	Associação Museu de Imprensa	Porto, Póvoa de Varzim, Vila Real e Aveiro	29-12-2000	6 ^a	08-08-2001	477.014,99	443.370,05	75%	332.527,55	
Museu Nacional Soares dos Reis - Exposição Permanente	IPM	Porto	27-07-2001	9 ^a	06-02-2002	928.777,03	918.505,78	75%	688.879,34	
Museu Nacional de Arte Antiga - Exposições Permanentes e Temporárias	IPM	Lisboa	26-09-2001	9 ^a	06-02-2002	961.496,13	961.496,13	50%	480.748,07	
Museu Nacional Soares dos Reis - Exposições Temporárias	IPM	Porto	22-11-2001	9 ^a	06-02-2002	756.229,29	756.229,29	75%	567.171,97	
Projecto Integrado de Ação Cultural no Douro	DRC Norte	-	22-06-2001	6 ^a	03-10-2001	1.077.475,19	1.074.211,69	75%	805.658,77	
O Automóvel no Espaço e no Tempo	Porto	06-11-2000	3 ^a	21-01-2001	1.070.714,73	717.164,93	717.164,93	75%	537.873,70	
Exposições Itinerantes da Coleção da Fundação de Serralves - 1 ^a Fase	IPM	Porto	13-07-2001	9 ^a	06-02-2002	174.993,27	174.993,27	75%	131.244,95	
Comunicação do Conhecimento e da Imagem - Exposição	Porto	29-10-2001	9 ^a	06-02-2002	884.885,37	804.766,42	60%	482.859,85		
Programa de Exposições da Museu de Arte Contemporânea Serralves - 2002	IPM	Porto	30-10-2001	9 ^a	06-02-2002	1.217.051,90	1.217.051,90	50%	608.525,95	
Museu Alberto Sampaio - Exposições Permanentes e Temporárias	IPM	Guimarães	29-11-2002	13 ^a	21-03-2003	501.290,80	501.290,80	50%	250.645,40	
Museu Machado de Castro - Exposição Permanente e Temporária	IPM	Coimbra	29-11-2002	13 ^a	21-03-2003	424.187,00	424.187,00	50%	212.093,50	
Edgar Cardoso	Porto	03-12-2002	13 ^a	21-03-2003	250.379,88	205.255,88	205.255,88	50%	102.627,94	
Restaurar das coleções museológicas e beneficiação dos espaços expositivos da FCM	IPM	Vila Real	30-09-2002	13 ^a	07-04-2003	1.142.835,83	1.142.835,83	75%	857.126,87	
Museu Grão Vasco - Conservação e Restauro da Coleção para a Exposição Permanente	IPM	Viseu	27-02-2004	19 ^a	24-05-2004	125.462,89	125.462,89	50%	62.731,45	
							25	20.692.260,29	18.153.188,84	11.816.428,17

PROJECTO					INVESTIMENTO				
DESIGNAÇÃO	EXECUTOR	LOCALIZAÇÃO	DATA DE CANDIDATURA	UNIDADE DE GESTÃO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	CUSTO TOTAL	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (1)	TAXA	COMPARTICIPAÇÃO FEDER (2)
Museu Nacional do Chiado - Outras Publicações	IPM	Lisboa	12-10-2000	3 ^a	21-01-2001	27.448,85	27.448,85	6,2%	17.018,29
Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves - Instrumentos de Divulgação Pública	IPM	Lisboa	29-12-2000	5 ^a	20-04-2001	270.872,20	270.872,20	62%	167.940,76
dos Museus e/ou suas Coleções									
Encontros "Museus e Educação"	IPM	Lisboa	09-08-2001	7 ^a	29-10-2001	52.479,76	52.479,76	6,2%	32.537,45
Festa dos Museus	Ass. Nacional de Municípios Portugueses	Maia	21-08-2002	13 ^a	21-03-2003	84.791,68	65.453,30	75%	49.089,98
<i>Ação 5 - Instrumentos de Divulgação Pública dos Museus e/ou das suas Colecções</i>					4	435.592,49	416.254,11		266.586,48

PROJECTO						INVESTIMENTO		
DESIGNAÇÃO	EXECUTOR	LOCALIZAÇÃO	DATA DE CANDIDATURA	UNIDADE DE GESTÃO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	CUSTO TOTAL	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (1)	TAXA COMPARTICIPAÇÃO FEDER (2)
Estudos e Investigações sobre o Património Móvel Integrado	IPCR	Lisboa	18-01-2001	6 ^a	12-07-2001	852.954,38	810.875,79	62% 502.742,99
<i>Acção 6 - Estudos e Outros Instrumentos de Reflexão/Divulgação sobre Museologia e Museografia</i>				1		852.954,38	810.875,79	502.742,99

6 - Anexos

Anexo II – Listagem de projectos aprovados na medida 2.2

DESIGNAÇÃO	PROJECTO	EXECUTOR	LOCALIZAÇÃO	DATA DE CANDIDATURA	UNIDADE DE GESTÃO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	INVESTIMENTO		
							CUSTO TOTAL	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (1)	TAXA COMPARTICIPAÇÃO FEDER (2)
Digitalização de Periódicos Poveiros	CM Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	19-10-2000	5ª	20-04-2001	123.415,91	116.168,67	75%	87.126,50
Tratamento e Digitalização do Arquivo da Fundação da Casa Mateus	CM Lousada	Vila Real Lousada	13-03-2001	6ª	19-07-2001	1.400.783,19	1.384.932,35	75%	1.038.699,26
Tratamento e Digitalização de Arquivo Municipal de Lousada	DRC Norte	-	01-03-2001	6ª	08-08-2001	101.998,45	101.998,45	75%	76.498,84
Inventariação do Arquivo Histórico do Instituto do Vinho do Porto	IAN / TT	Bragança	20-06-2001	6ª	03-10-2001	82.591,96	82.591,96	75%	61.880,22
Informatização de Pergaminhos e Livro Antigo	Fundação da Casa de Mateus	Vila Real	09-03-2001	10ª	13-03-2002	46.637,60	46.637,60	75%	34.978,21
Tratamento e Digitalização da Biblioteca da Fundação da Casa de Mateus	IAN / TT	Porto	11-12-2001	10ª	13-03-2002	765.392,89	724.513,30	75%	543.384,98
DigitArg - Produção, Conversão e Gestão de Conteúdos Digitais de Arquivo	IPCR	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	24-06-2002	12ª	11-11-2002	228.493,00	206.587,74	75%	154.940,81
Inventariação, Digitalização e Divulgação do Património	CM Vila do Conde	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	27-11-2002	13ª	21-03-2003	211.928,00	154.771,02	75%	116.078,27
Digitalização e Armazenamento em CD-Rom da Imprensa Periódica Vilacondense	Faculdade de Filosofia de Braga	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	29-03-2001	15ª	15-07-2003	27.963,98	18.815,43	75%	14.111,57
Catalogação do Fundo de Livros Antigos	BN	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	18-06-2001	15ª	15-07-2003	53.613,94	31.434,04	75%	23.575,53
BND - Biblioteca Nacional Digital	CM Penafiel	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	15-03-2002	15ª	15-07-2003	405.033,00	222.276,93	75%	166.707,70
Memórias do Quotidiano - Preservação e Divulgação de 125 Anos de Imprensa Local	IAN / TT	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	24-04-2002	15ª	15-07-2003	134.160,60	71.810,29	75%	53.857,72
Torre do Tombo On-Line	Seminário Liceal das Missões	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	29-11-2002	15ª	15-07-2003	383.305,55	102.717,96	75%	77.038,47
Inventariação, Digitalização e Divulgação do Fundo Documental Antigo do Seminário de Cernache de Bonjardim	CM Portalegre	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	21-12-2001	17ª	19-04-2004	208.445,84	115.374,71	75%	86.531,03
Digitalização e Divulgação do Fundo Local da Biblioteca Municipal de Portalegre	-	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	17-02-2003	19ª	24-05-2004	144.109,00	87.721,38	75%	65.791,04
Ação 3. Tratamento e Digitalização de Arquivos, Fundos Bibliográficos e do Património Musical Português						15	4.317.872,91	3.468.266,83	2.601.200,15

DESIGNAÇÃO	PROJECTO				DATA DE CANDIDATURA	UNIDADE DE GESTÃO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	CUSTO TOTAL	INVESTIMENTO ELEGÍVEL (1)	TAXA	COMPARTICIPAÇÃO FEDER (2)	INVESTIMENTO
	EXECUTOR	LOCALIZAÇÃO										
Gestão e Divulgação do Património Cultural Móvel sob Tutela do IPM	IPM	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	29-11-2002	13 ^a	21-03-2003	115.132,50	84.081,27	75%	63.060,95			
Edição Multimédia e Publicações dos Museus do IPM	IPM	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	29-11-2002	13 ^a	21-03-2003	1.231.055,00	746.443,28	75%	559.832,46			
EURO 2004 - Campanha de Divulgação dos Museus	IPM	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	02-03-2004	19 ^a	24-05-2004	741.685,35	541.652,81	75%	406.239,61			
Teatro Virtual	AlbiASTA	Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	04-12-2002	21 ^a	21-06-2004	78.221,30	54.377,86	65,69%	35.720,82			
<i>Ação 4. Outros Instrumentos de Divulgação de Informação Cultural</i>								4	2.166.094,15	1.426.555,22	1.064.853,84	

7 – Índice Científico

A

- Acções materiais – 7, 102
Acções imateriais – 10, 24, 28, 58, 60, 61, 86, 96, 102, 110
Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, Lda – 25, 28
Autarquias Locais – 12, 23, 86, 88
Associação Portuguesa de Museologia (APOM) - 8
Avaliação intercalar – 25, 97, 101

B

- Bairrão Oleiro, Manuel – 3, 8

- Bustorff, Maria João - 54

C

- Carrilho, Manuel Maria – 6, 20, 24, 26, 40-42, 44, 57
Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional (CCDR) – 12, 57
Comissão Europeia – 1, 7, 8, 13, 21, 25, 26, 28, 33-36, 38, 39, 55, 95, 96, 100-102
Conde Rodrigues, José – 3, 8, 18, 27, 30, 38, 39, 41, 45, 47, 57
Conselho Internacional de Museus (ICOM) - 72

D

- Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) – 58, 115
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR) – 20, 30

F

- Fundeuropa – 3, 23, 24, 26
Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER) – 2, 4, 5, 8, 12, 20, 24, 31, 32, 59, 60, 100, 112,
115

G

Geoideia – Estudos e Organização do Território, Lda - 28

Governo Constitucional, XV – 30, 39, 60, 61

Governo Constitucional, XVII - 114

Graça Moura, Vasco – 45, 54, 55

Grécia - 11

I

Instituto Nacional de Estatística (INE) - 21

Instituto Português de Museus (IPM) – 3, 7, 28, 39, 56-58, 60, 63, 69-77, 84, 84, 86, 91, 92, 94, 97, 99, 102, 104-108

Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) – 7, 12, 23, 39, 48, 58, 59, 83, 99, 102, 104, 105

INTERREG - 13

J

Jornal Oficial da Comunidade Europeia (JOCE) - 13

L

Luz Afonso, Simonetta - 58

M

Mendes Baptista, António – 27, 47

Ministério da Cultura (MC) – 2, 4, 7, 8, 11-13, 20, 21, 23-28, 33, 37, 49, 52, 57, 62, 78-80, 83, 84, 86, 88, 91-94, 96, 98, 99, 106

Ministério da Economia (ME) - 20

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (MEPAT) - 25

Museus Nacionais – 9, 12, 30, 43, 57, 59, 61, 96, 106-108

P

Pinheiro de Azevedo, Helena – 2, 7, 25, 27, 29, 33, 38

Pires, Cristina - 3

Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) – 5, 20-23, 25, 26, 34, 36

Programa Cultura 2000 – 5, 13

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) – 45, 59, 60

Programa Operacional Regional (POR) – 12, 13

Programa Operacional Sociedade de Informação (POSI) -102

Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) – 5, 21, 101

Q

Quadro Comunitário de Apoio (QCA) – 4, 20, 56, 100, 102

Quadro Comunitário de Apoio, II (QCA II) – 4, 6, 9, 11, 21, 25, 38, 40, 58, 86, 100

Quadro Comunitário de Apoio, III (QCA III) – 1, 4-6, 11, 20, 22, 24, 28, 32, 33, 40, 44, 52, 58, 60, 61, 102, 104, 108

Quadro Comunitário de Apoio, IV (QCA IV) - 2, 100

R

Rede Portuguesa de Museus (RPM) – 57, 58, 62, 70, 72, 78, 112, 113

Representação Permanente de Portugal Junto da UE (REPER) – 33

Reprogramação Financeira - 46

Reserva de Eficiência – 31, 32, 60, 95, 96

Reserva de Programação – 31, 32

Roseta, Pedro – 49, 50

S

Sasportes, José - 44, 46

Santos Silva, Augusto – 46, 49, 55

T

Taxa de execução – 29, 31, 50, 52, 55, 95, 97

U

União Europeia (UE) – 1, 5, 9, 11, 13, 20, 26, 33, 40, 103

Unidade de Gestão – 7-9, 26, 39, 55, 59, 65, 108

V

Vale, Luísa – 3, 20

Vieira Nery, Rui - 44